

FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA – MG
CURSO SERVIÇO SOCIAL

SIMONE SILVA DE OLIVEIRA
SUELI VIEIRA DA SILVA

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS, POSSIBILIDADES E
DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO.**

CARATINGA – MG

2016

FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA – MG
CURSO SERVIÇO SOCIAL

SIMONE SILVA DE OLIVEIRA
SUELI VIEIRA DA SILVA

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS, POSSIBILIDADES E
DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO.**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social,
das Faculdades Doctum, unidade de Caratinga, como
requisito parcial à obtenção do título de bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Prof. Msc. Renata Ribeiro Paiva

CARATINGA – MG

2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado:

Elaborado pelas alunas: Simone Silva de Oliveira
Sueli Vieira da Silva

Foi aprovada por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas de Caratinga – FIC, como requisito parcial da obtenção do título de

BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

CARATINGA, _____ de _____ de _____

Orientador

Examinador 1

Examinador 2

Dedicamos esta obra á Deus. Nossa família pela confiança e amor incondicional. Aos amigos pelo apoio nesta caminhada. Aos mestres e nossa orientadora, por todos os ensinamentos. Enfim á todos que acreditaram e nos apoiaram na realização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Então é hora de agradecer...

A ti Meu Deus toda honra e glória, agradeço por sempre me guiar e fortalecer em todos os momentos, e me amar de forma incondicional, Tu és o Mestre dos Mestres.

Á minha Mãe Maria por ser meu porto seguro, exemplo de fé, humildade e amor. Você é essencial em minha vida, obrigada por sempre me ensinar a trilhar o caminho do bem e do amor, e por cada oração, elas foram muito importantes nesta caminhada.

Ao meu pai João Batista, por todo incentivo, por acreditar no meu potencial, e sempre mostrar que posso ir muito além. Você é meu exemplo de garra, força, coragem e honestidade, veio ao mundo para vencer obstáculos e o faz como ninguém.

Aos meus irmãos Ana Carolina, Ana Gabriela, e Vitor Christian (In Memoriam), vocês me mostram a cada dia a importância de se ter um irmão, um amor único e inigualável. Fazem acreditar que todo o esforço valerá a pena.

Ao meu noivo Davi, por todo amor, paciência e companheirismo nestes quatro anos de curso.

Á toda minha família, por todo apoio e amor sempre dedicado a mim.

Á minha madrastra Keli Cristina, por ser tão especial em minha vida, em você tenho uma amiga, obrigada pela dedicação, carinho e amor.

Á todos os meus amigos, que tem grande importância em minha vida, e que de alguma forma colaboraram para esta vitória e compartilham desta alegria.

Agradeço á Sueli, minha parceira de faculdade e amiga, sua amizade é um presente, sem você a caminhada se tornaria mais difícil, tenho um carinho imenso por você, obrigada por tudo.

Agradeço á todos os mestres, que foram essenciais em minha formação, vocês são peça fundamental nesta conquista.

As minhas supervisoras Renata Loures e Djane Amorim e á toda a equipe pelo carinho, apoio e grandes ensinamentos, vocês são especiais.

Enfim agradeço a cada um que fez parte desta história, e acreditaram na realização deste sonho. A vitória é nossa. Amo vocês!

Simone Silva de Oliveira

Após um longo período de dedicação, o sonho se concretiza. Seria impossível chegar onde cheguei sozinha, devendo assim muitos agradecimentos. Agradeço primeiramente a Deus, por mais esta conquista em minha vida. Aos meus pais, Walter e Maria, pelo amor incondicional, apoio e incentivo em minhas escolhas. Às minhas queridas irmãs, Maria Auxiliadora, Simone e Rosely, que mesmo distantes, me apoiam e me incentivam a ir além. Ao meu namorado e amigo, José Maia, pelo amor, dedicação e paciência. À minha avó Luiza (in memória), ao meu avô, José Botelho e a todos os familiares pelo incentivo. Agradeço às minhas colegas e amigas de curso, que sempre estiveram ao meu lado prontas a me ajudar, sobretudo, a minha amiga e companheira de estudo, Simone Oliveira, que caminhou junto comigo em busca da realização deste sonho. Aos novos amigos que conquistei e aos velhos que compreenderam os meus dias de ausência. Aos mestres que compartilharam conosco suas experiências e conhecimentos. Enfim, a todos que torceram para que este dia se tornasse realidade. Muito Obrigada!!!

Sueli Vieira da Silva

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.”

Marilda Villela Yamamoto

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, tem o intuito de compreender a atuação do assistente social no Centro de Referência de Assistência Social de Fernandes Tourinho – MG, e as possibilidades e desafios para efetivação do Projeto Ético Político. O estudo vem trazendo produção de conhecimentos, dando respaldo teórico - metodológico, enriquecendo o material acadêmico e preparando o graduando para possíveis desafios na efetivação do projeto ético – político quando estiverem em sua atuação, pois atua na contradição capital x trabalho. O material aqui produzido trará subsídios teóricos para os profissionais atuantes, aprimorando seus conhecimentos, possibilitando os mesmos a superar os obstáculos para a materialização do projeto ético político. E ainda possibilitará que estes afirmem o compromisso com as lutas gerais dos trabalhadores, com a qualidade dos serviços prestados à população usuária e, portanto, com a defesa e o fortalecimento do projeto ético-político profissional do Serviço Social. Realizamos um estudo do surgimento do Serviço Social no Brasil, as bases de suas transformações do tradicionalismo para o projeto crítico da profissão, a questão social, os mecanismos de proteção social e a atuação do assistente social no CRAS. Utilizou-se a metodologia de pesquisa com caráter qualitativo, aplicando questionário semiestruturado aos profissionais do Serviço Social que atuam no CRAS, utilizando autores com viés marxista para análise da pesquisa.

Palavras-chave: Projeto Ético-Político; Serviço Social; Movimento de reconceituação.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social

CEAS – Centro de Estudos e de Ação Social.

CFAS – Conselho Federal de Assistência Social

CFESS – Conselho Federal de Assistência Social.

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social.

DC – Desenvolvimento de Comunidade.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do SUAS.

NOB-RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família.

PAEIF – Proteção e Atendimento Especializado às Famílias.

PNAS – Política Nacional de Assistência Social.

SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
I CAPÍTULO – AS CONFIGURAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E SUA DINÂMICA NA CONTEMPORANEIDADE	
1.1 O surgimento do Serviço Social frente o reconhecimento da questão social na década de 30.....	13
1.2 As bases de transformação do Serviço Social tradicional para o projeto profissional crítico: O projeto ético-político em questão.....	22
1.3 A globalização da economia e as manifestações da questão social no Brasil....	29
II CAPÍTULO – O SUAS E SEUS MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL: A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
2.1 O Suas e os direitos sociais no contexto da PNAS.....	37
2.2 A atuação do assistente social no CRAS, possibilidades e desafios para a efetivação do projeto ético político.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66
ANEXOS	76

INTRODUÇÃO

No presente Trabalho de Conclusão de Curso, aqui exposto, será realizada pesquisa de campo, com o intuito de revelar a atuação dos assistentes sociais no CRAS de Fernandes Tourinho – MG, as possibilidades e desafios, para efetivação do projeto ético-político, sendo comprovado ou não, através da mesma

O trabalho é resultado da experiência do estágio supervisionado, das alunas referenciadas¹, sendo que ambas realizam estágio na mesma política social setorial e em municípios distintos, este é realizado no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social. O trabalho se divide em dois capítulos. O Capítulo I: As Configurações Sócio-Históricas do Serviço Social Brasileiro e sua dinâmica na contemporaneidade. O Capítulo II: O SUAS e seus Mecanismos de Proteção Social: a Intervenção do Assistente Social na Proteção Social Básica.

A metodologia utilizada é a pesquisa de caráter qualitativa, elaborada de forma semi-estruturada.

O projeto ético-político da profissão, tem amplo crescimento, a partir do momento, em que os assistentes sociais, recusam os métodos conservadores e tradicionais, utilizados na prática profissional. Os profissionais lutam por uma atuação onde se respeite a liberdade, democracia, equidade e justiça social, as intervenções devem ser baseadas nestes valores.

O presente trabalho, vem trazendo um resgate do surgimento do Serviço Social, seu crescimento, desenvolvimento, influência do capital, a questão social, suas novas roupagens, a globalização e outros. Expõe o rompimento com o conservadorismo, e traz subsídios para a compreensão da atuação dos assistentes sociais e a efetivação do projeto ético-político, dentro da instituição, este não é algo palpável, mas traz a auto-imagem da profissão. Avançamos o estudo, com marcos da profissão: O Movimento de Reconceituação, Intenção de Ruptura, Projeto Profissional Crítico, Constituição Federal de 1988, Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social, Norma Operacional Básica, Sistema Único da Assistência Social, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

¹ Simone Silva de Oliveira
Sueli Vieira da Silva

O estudo possui como pilares as dimensões teórico-metodológicas, técnico operativas e ético-políticas, do Projeto Ético Político na atuação do profissional. A importância do estudo se dá no sentido de entendimento da atuação do profissional, em equipamento de proteção básica, e todas as possibilidades e desafios para efetivação do Projeto Ético Político.

I CAPÍTULO – AS CONFIGURAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E SUA DINÂMICA NA CONTEMPORANEIDADE

1.1 O surgimento do Serviço Social frente o reconhecimento da questão social na década de 30.

O Serviço Social no Brasil foi implantado durante o processo histórico entre os anos 1920-30. Neste período o país vivia um período marcado pelo aprofundamento do modelo de Estado intervencionista, sob a égide do capitalismo monopolista² internacional, onde a política nacional privilegiava o crescimento industrial. O desenvolvimento material desencadeava a expansão do proletariado e a necessidade de respostas, de uma política de controle que fosse capaz de absorver esse segmento.

O Brasil possuía uma economia, que desde a segunda metade do século XIX até os anos 1930 se caracterizava por um modelo agroexportador, passou então a adotar, na Era Vargas, um modelo industrial, de substituição de importação, modelo urbano-industrial. Com a mudança do sistema agrário-comercial para o industrial ocorreu posse privada de bens produzindo profundas alterações sociais, fazendo agravar problemas e conflitos sociais. A população rural, vinha para a cidade a procura de emprego e a única coisa que o trabalhador tinha para vender, é sua força de trabalho, não sendo pago a este o valor justo, com isso o sistema capitalista crescia e tornava-se ainda mais excludente. Neste governo são realizadas mudanças nas Leis trabalhistas, sindicais, assistenciais e previdenciárias. O intuito era o de controle da classe operária pelo Estado, visando a ordem societária.

Martinelli sinaliza que,

A realidade trazida pelo capitalismo estava posta e imposta: ou o trabalhador se mercantilizava, assumindo a condição de mercadoria útil ao capital, ou se coisificava, assumindo o estado de “coisa

² O capitalismo monopolista é responsável pela introdução na dinâmica da economia capitalista de um conjunto de fenômenos. Segundo Sweezy (1977), os preços das mercadorias e serviços tendem a crescer progressivamente; as taxas de lucros são mais elevadas; acentua-se a taxa de acumulação e a tendência decrescente da taxa média de lucro e do subconsumo; concentram-se investimentos nos setores de maior concorrência; cresce a tendência de diminuir o uso da força de trabalho pela introdução de mudanças nos processos da produção e do trabalho assalariado, tendo por aliadas a maquinaria e as novas tecnologias; os custos de venda aumentam.

pública” – res publica – a que correspondia a perda da cidadania, a “não-cidadania”. (MARTINELLI, 2010, p.57)

A superpopulação nas áreas urbanas, acontece a partir deste momento, aumentando também o desemprego, moradias modestas, aglomerados de pessoas, doenças entre outros. Então a classe trabalhadora começou a perceber a sua condição de classe explorada se organizando e mobilizando, através da intensificação das lutas por melhores condições de vida e de trabalho. Todavia, tais lutas são encaradas pela classe dominante como ameaça a seus interesses e como desorganização social e moral. Fazendo com que o governo realizasse ações imediatas.

Diante deste contexto, surge o Serviço Social Brasileiro no ano de 1930, o qual veio para intervir junto a classe trabalhadora, a partir das transformações sociais, políticas e econômicas da época, ligado diretamente à Igreja Católica. Este veio com o intuito à dominação do proletariado, pois, o Estado necessitava responder as demandas que surgiam, para reprodução da ideologia dominante.

De acordo com Yamamoto e Carvalho,

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005 p.27)

De origem totalmente conservadora, pois a intenção da Igreja era a expansão de sua doutrina.

Yasbek sinaliza,

É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador, contrários aos ideários liberal e marxista, na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à “questão social”. (YASBEK, 2009 p. 04)

No início, a profissão era de cunho totalmente assistencialista, exigiam-se profissionais mulheres, as mesmas deveriam ter alguma ligação dentro da Igreja

Católica. A pobreza era vista como uma culpa da própria população, por este motivo, a busca era para que esta fosse reajustada, tinha visão repressiva. Os movimentos da classe trabalhadora cresciam, com isso Igreja Católica e Estado, se unem, para que a ordem social seja mantida. A sociedade deveria aceitar e se adaptar às transformações sociais, os costumes cristãos eram impostos à sociedade. “Os relatos existentes, sobre as tarefas desenvolvidas pelos primeiros Assistentes Sociais, demonstraram uma atuação doutrinária e eminentemente assistencial” (IAMAMOTO, 2011, p.200).

Em 1932 Sob influência européia originou-se o Centro de Estudos e de Ação Social – CEAS, o qual tinha o objetivo de “promover a formação de seus membros pelo estudo da Doutrina Social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 169). E em 1936, o CEAS fundou a primeira Escola de Serviço Social em São Paulo e em 1937 no Rio de Janeiro. (CARVALHO; IAMAMOTO, 2001; SILVA, 1984).

Parafraseando IAMAMOTO (2011) a situação de vulnerabilidade social vivida pelo proletariado, era entendida como patologia, a miséria não era vista de forma real, suas verdadeiras causas. O intuito era de maquiagem as transformações sociais, para que não fosse vistas pela população, julgavam-se apenas os efeitos, as causas ficavam esquecidas, era entendida como uma deformação social, e o próprio sujeito, era o culpado da situação, não se atuava enxergando a “questão social”³ e todas suas expressões.

Para os assistentes sociais que estavam formando, a formação moral e doutrinária era essencial, não havendo a preocupação com o conhecimento técnico, científico, afinal o intuito era levar o conhecimento cristão às classes subalternas.

A partir da década de 40 e se estendendo até a década de 50, o Serviço Social brasileiro, começa a receber influência norte-americana, é incluído no discurso do Serviço Social, conceitos técnicos e científicos, tendo a real intenção de manipulação e ordem. Quando ocorre a expansão do capitalismo, os profissionais

³ A questão social não é senão as expressões do processo da formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO e IAMAMOTO, 1991, p. 77).

começam a perceber que serão necessários avanços dentro da mesma, a busca pelo conhecimento é de grande importância para que haja avanços profissionais e respostas às novas demandas apresentadas. “A ausência de identidade profissional, de projeto profissional específico, produzia uma grande fragilidade em termos de consciência política, de consciência social” (MARTINELLI, 2010 p.131).

A influência norte americana, ocorre a partir da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos torna-se uma nação hegemônica, tendo como objetivo concretizar os interesses usando os países da América Latina, intensificando a influência. Na Conferência Nacional do Serviço Social, em 1941, inicia-se o intercâmbio entre Brasil e Estados Unidos, foram ofertados cursos e bolsas de estudo, aos assistentes sociais brasileiros.

No período da gênese da profissão do Serviço Social, é que acontece a influência. Em 1945, o modelo funcionalista é aplicado no Brasil, o que trouxe um afastamento das doutrinas da Igreja Católica. Os assistentes sociais, buscavam cada vez mais, oportunidades de estudos nos Estados Unidos. A formação profissional se sustentava em uma visão terapêutica, vendo a questão social como um desajustamento da sociedade. A perspectiva funcionalista se aliava ao neotomismo⁴ cristão, e com isso a visão terapêutica ganhava ênfase, o indivíduo deve ser tratado, por seus desajustes.

As teorias de caso, grupo e comunidade, compuseram a tríade metodológica que orientava o serviço social, na busca da integração do homem ao meio social em que vivia, estas introduzidas por Mary Richmond, assistente social norte-americana, tinha ideais de filantropia científica, e teoria estrutural-funcional. Tendo uma visão racional para enfrentamento dos problemas sociais, realizando atividades como triagem, distribuição de auxílios, acompanhamentos, grupos de equipes multiprofissionais e outros.

Conforme Barroco (2008) em 1947 foi instituído o primeiro Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, este com uma base filosófica humanista-cristã pautada no neotomismo em que a profissão é tratada, como algo hegemônico e a

⁴ O neotomismo “defende um modelo cristão de sociedade, que se consubstancia nas condições históricas da ordem burguesa, tendo em vista torná-la ‘mais justa e fraterna’, cuja caracterização passa por um trabalho de evangelização das massas, como exigência para o desenvolvimento, na vida social, do senso de liberdade e fraternidade.” (ABREU, 2004, p. 51- 52).

ação profissional é tida como vocação, ou seja, como compromisso religioso, ocultando os elementos fundantes da “questão social” contribuindo para a reprodução, percebendo as desigualdades de forma moralizante.

Na década de 50, é necessária uma atuação diferenciada dos profissionais, sendo necessário o conhecimento teórico aliado à prática. As políticas sociais, devem responder às mazelas da questão social, por este motivo, necessitavam de modernização e ampliação, eram prestados serviços básicos, e programas que se voltavam para as camadas pauperizadas da população. O intuito era integração dos indivíduos, para que adentrassem ao mercado de trabalho, desenvolvendo as potencialidades dos mesmos. São ofertados programas de qualificação, e ao final realiza-se seleção dos que correspondem com as exigências do capital.

Devido á grande demanda emanada com o capitalismo industrial, o serviço social passa a ser um agente de vital importância para o enfrentamento da questão social, ampliando-se assim o universo de intervenção da profissão. Nesta mesma década surgiu o método de desenvolvimento de comunidade – DC, o governo vigente era de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-60). Este método fez a introdução do profissional de serviço social ao DC rural, dando abertura para um novo campo de trabalho, até então inexistente. Com isso, aumentou o número de escolas, interiorização do serviço social, incorporação de novas atribuições profissionais relacionadas à coordenação, planejamento e administração de programas sociais.

O período foi marcado por ganhos, e ao mesmo tempo grandes perdas para a área social, direitos dos trabalhadores foram privatizados, e de acordo com Porto,

Uma verdadeira antidadania patrocinada pelo Estado Ditatorial, cuja marca foi a exclusão mordaz da classe trabalhadora da cena sociopolítica centralizada pelos interesses absolutos do grande capital-, equidistando-se, portanto, do padrão preponderantemente emancipador prevalecente nos modelos do Welfare State. (PORTO, 2001, p. 24)

Diante deste cenário, os profissionais insatisfeitos com a forma de atuação surge a necessidade de uma renovação e ampliação dos conhecimentos. Na década de 60, em que o país viveu um período ditatorial, os movimentos de

natureza social sofreram recessões, afastando o Serviço Social da classe trabalhadora.

Segundo Martinelli,

Os anos 60, ao longo dos quais se processou um agravamento do quadro político nacional, encontravam o Serviço Social recuado do cenário histórico, produzindo e reproduzindo práticas incapazes de se somarem aos esforços de construção e prevenção de espaços democráticos em uma sociedade oprimida por uma ditadura militar. (MARTINELLI, 2010, p. 142)

A profissão não conseguiu avançar, em termos teóricos-metodológicos, devido à ditadura. Houve um retrocesso, onde muitos materiais que os profissionais acumularam para as pesquisas, foram queimados, proibidos de circular e outros. De acordo com Faleiros,

A mobilização social e política da sociedade e a mobilização interna dos assistentes sociais põem em relevo a crise da profissão em meados dos anos 60: sua desqualificação no mundo científico e acadêmico, sua inadequação “metodológica” com a divisão em serviço social de caso, serviço social de grupo e desenvolvimento de comunidade e a ausência de uma teorização articulada. Suas práticas mais significativas faziam-se longe dos graves problemas sociais, sem consonância com as necessidades concretas do povo. As ações de transformação ficavam “à margem”. (FALEIROS, 2005 p. 26)

A área de atuação do assistente social, a partir dos anos 1960 até 1970, ampliou-se juntamente com o aumento das demandas pelos serviços, e das políticas sociais, impulsionando um avanço no âmbito acadêmico, profissional e organizativo, devido à aproximação com os fundamentos da teoria da modernização presente nas ciências sociais. Criando e expandindo os cursos de pós-graduação, com a implantação dos cursos de mestrado e doutorado no início dos anos 70.

Entre os anos de 1965-1975, ocorre um rearranjo profissional intitulado como renovação do serviço social, também conhecido como o processo de ruptura do serviço social, pois, este veio romper com o tradicionalismo profissional. Expressando uma nova corrente para a profissão, com caráter mais heterogêneo – várias vertentes, linhas políticas, teóricas e profissionais, foi um movimento teórico, metodológico e operacional. Este movimento é fruto de condicionantes históricas,

com aprovação de setores jovens e profissionais de vanguarda do serviço social. Este fato possibilitou a organização política da própria categoria profissional.

Para Iamamoto a ruptura com a herança conservadora,

Se expressa como uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do assistente social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento social mais geral determinado pelo confronto e a correlação de forças entre classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las (IAMAMOTO, 1997, p. 37).

De acordo com Bravo (2007), o Movimento de Reconceituação impôs ao profissional de serviço social, a construção de um novo projeto profissional, o qual necessitaria ter comprometimento com as reais necessidades e interesses da população usuária dos serviços.

Era de suma importância à renovação da profissão, pois os profissionais passavam por uma crise ideológica e política, e ao mesmo tempo, questionavam a ligação da profissão com as classes dominantes, o que prejudicava a eficácia da mesma.

Ocorreu neste período, mudanças técnicas para o serviço social brasileiro, a perspectiva modernizadora, que colocou a questão do método em debate, fazendo a interlocução com o marxismo⁵, apropriando-se da teoria social de Max, buscando adequar o serviço social às novas técnicas de intervenção, que atendessem as necessidades do período.

Nesse sentido, o Movimento de Reconceituação, teve como marco inicial e central o 1º Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em 1965 na cidade de Porto Alegre, o qual teve seu término por volta do ano de 1973. A partir de então as tendências modernizadoras foram expressas nos seminários de Araxá, em 1967, sendo a primeira produção teórica do Centro Brasileiro de

⁵ Marxismo é um sistema ideológico que critica radicalmente o capitalismo e proclama a emancipação da humanidade numa sociedade sem classes e igualitária. Disponível em <https://www.significados.com.br>. Acesso em 15 de Set. 2016

Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social e Teresópolis, em 1970 , os quais priorizavam um projeto tecnocrático e modernizador.

Nesta perspectiva, Netto (1996), afirma que o debate teórico dos documentos de Araxá e Teresópolis, expressaram uma “tentativa de adequar as (auto) representações profissionais do Serviço Social às tendências sociopolíticas que a ditadura tornou dominantes”. Menciona ainda, que o caráter modernizador desta perspectiva, foi “aceitar como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada” da ditadura e procurar “dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de atender às demandas” da tecnocracia.

De acordo com Aguiar,

O Documento de Araxá traz para o curso de Serviço Social a necessidade de uma nova configuração, a começar pela teorização, sendo assim era preciso que a prática profissional fosse mais pautada em princípios teóricos e em ações que servissem melhor à sociedade brasileira (AGUIAR, 1989, p.117-123).

Já o documento de Teresópolis, a perspectiva modernizadora se afirma como pauta interventiva, onde Netto salienta que,

O Seminário de Teresópolis possui um tríplice significado no processo da renovação profissional no Brasil, uma vez que apontou a necessária “requalificação do assistente social”, definindo “o perfil sociotécnico da profissão e a inscreveu conclusivamente no circuito da modernização conservadora”. Desse modo, o documento de Teresópolis aponta uma perspectiva modernizadora que se consolida não apenas numa concepção de profissão, porém numa “pauta interventiva” (NETTO, 1996, p. 178-192)

Após estes dois seminários, foram realizados os colóquios de Sumaré 1978 e Alto da Boa Vista 1984, no Rio de Janeiro, considerados como a reatualização do conservadorismo. “Esta tendência via o indivíduo de forma global, para eles não havia contradição entre capital e trabalho, no entanto, nenhum dos dois seminários causou grande impacto ou atraiu a atenção da vanguarda de profissionais”. (NETTO, 2005, p.5-19).

A laicidade⁶ da profissão de Serviço Social foi elemento que caracterizou a renovação do serviço social sobre a autocracia burguesa, teve como elementos: a) o pluralismo teórico-profissional; b) introdução de diferentes concepções profissionais, com diferentes visões de mundo e de sociedade, demonstrando o rompimento com a homogeneidade que caracterizava a profissão nessas décadas; c) interlocução acadêmica e com outras ciências, deixando de ser subalterno dentro do âmbito acadêmico; d) fomento da investigação e da pesquisa.

A vertente de ruptura não aconteceu sem que houvesse problemas, e vai adquirindo maior força e visibilidade a partir do momento em que surgem os estudos que aprofundam a formulação teórica da profissão, que são fundadas nesta perspectiva de renovação, principalmente ao que se refere ao campo político-ideológico. Nos anos seguintes o pensamento de transformação da profissão, continua sua trajetória.

Em 1979 acontece o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, este promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, foi o chamado Congresso da Virada, sendo um marco na história do Serviço Social, trazendo novos horizontes para a profissão, visando um Estado democrático, defendendo os direitos humanos, dando um novo trato à questão social, criando novas possibilidades para análise da vida social, da profissão e de cada indivíduo em sua totalidade. Então, os Assistentes Sociais, começaram a tecer o entendimento do Serviço Social nos marcos da relação capital/trabalho e nas complexas relações entre Estado e Sociedade. A “Virada” teve o sabor de descortinar novas possibilidades de análise da vida social, da profissão e dos indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha. (CFESS, 2009 p.1). O Congresso da Virada, tem o objetivo de discutir a Política Social dentro do Serviço Social, um projeto ético-político novo, trazendo novos rumos para a atuação dos profissionais. Este vem para responder as demandas apresentadas pela sociedade, às novas roupagens da questão social, sendo crítico e interventivo. O momento é de grandes avanços profissionais, o Serviço Social ganha novos horizontes.

⁶ A laicidade corresponde a uma doutrina ou um sistema político que defende a exclusão da influência da religião no estado, na cultura e na educação. Disponível em <https://www.significados.com.br>. Acesso em 04 de Dez. 2016

1.2 As bases de transformação do Serviço Social tradicional para o projeto profissional crítico: O projeto ético-político em questão.

Os profissionais de Serviço Social atuam historicamente atendendo tanto aos interesses da classe trabalhadora, observando suas necessidades sociais, e ao mesmo tempo atende os interesses das classes dominantes, sendo o Estado o seu maior empregador.

Segundo Yasbek no Brasil:

O Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política. (YAZBEK, 2009, p.06).

O Sistema capitalista a partir da década de 60 sofre transformações em seu desenvolvimento, onde passou por crises adentrando em um período de recessão, com esgotamento da onda expansiva. Nesta época, acontecem grandes mobilizações sociais, o que provoca uma agitação política, levando a classe a buscar novos horizontes para a atuação. Então, entre os anos 60 e 70, o Serviço Social passa a questionar sua fundamentação conservadora, através de um movimento que pretendia reconfigurar as bases teóricas, técnicas e políticas da profissão. Neste período, se desenvolve a renovação do serviço social brasileiro. Ocorre um inconformismo da população, com o modelo de desenvolvimento industrial dominante. Surge uma inquietação das ciências sociais, por meio da introdução marxista.

Netto define como renovação,

[...] o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO, 2004, p.131).

A partir de então, gradativamente as produções teóricas da profissão tomaram rumos baseados no pensamento marxista. O profissional de Serviço Social em suas abordagens, passou a pensar a sociedade como fruto de um conjunto de relações sociais e participando do processo de produção e reprodução dessas relações.

De acordo com Netto

Indagando-se sobre o papel dos profissionais em face de manifestações da “questão social”, interrogando-se sobre a adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionando-se sobre a eficácia das ações profissionais e sobre a eficiência e legitimidade das suas representações, inquietando-se com o relacionamento da profissão com os novos atores que emergiam na cena política (fundamentalmente ligados às classes subalternas) e tudo isso sob o peso do colapso dos pactos políticos que vinham do pós-guerra, do surgimento de novos protagonistas sociopolíticos, da revolução cubana, do incipiente reformismo gênero Aliança para o Progresso, ao mover-se assim, os assistentes sociais latino-americanos, através de seus segmentos de vanguarda, estavam minando as bases tradicionais da sua profissão. (NETTO, 2009, p.146)

Apesar do momento da Renovação do Serviço Social ocorrer em plena Ditadura Militar, os avanços acontecem de forma significativa em sua base teórico-conceitual. E ainda hoje, o projeto ético político profissional, busca proposição dos direitos sociais dos usuários, lutando contra o capital. O projeto profissional contribui para a formação dos Assistentes Sociais, para que estes sejam propositivos. Cooperando para que na atuação, estes tenham habilidades e discernimento e ao mesmo tempo autonomia nos espaços socioocupacionais, este tem sua gênese na metade da década de 70, avançando na década de 80.

Santana sinaliza que,

Os assistentes sociais, preocupados com a modernização do País e da profissão, assumem posições predominantemente favoráveis à reprodução das relações sociais. Porém, a partir da década de 1980, os setores críticos (em geral, respaldados na teoria marxista) assumem a vanguarda da profissão. É no bojo desse processo de renovação do Serviço Social que o pluralismo se institui e inicia a construção do que hoje chamamos de projeto ético político da profissão. (SANTANA, 2000, p.80).

O projeto ético político tem como núcleo central, o reconhecimento da liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, trazendo transformações para a sociedade.

O Congresso da virada (III congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) realizado em São Paulo no ano de 1979, este promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, conhecido hoje como CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), proporcionou subsídios para a elaboração desse projeto profissional.

O ano de 1979, tornou-se emblemático por ser o tempo de florescimento das possibilidades objetivas e subjetivas que permitiram às forças políticas do trabalho expressar suas lutas pela implementação do Estado de Direito, após o nefasto período de vigência da ditadura militar no Brasil, que ceifou as mais corajosas formas de resistência e combate ao autoritarismo. Alimentados por aquela conjuntura sócio-histórica, Assistentes Sociais, começaram a tecer o entendimento do Serviço Social nos marcos da relação capital/trabalho e nas complexas relações entre Estado e Sociedade. A “Virada” teve o sabor de descortinar novas possibilidades de análise da vida social, da profissão e dos indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha. (CEFESS, 2009, p.1)

O objetivo primordial deste Congresso, era que fosse discutida apenas a Política Social aos olhos do Serviço Social de então, o que não era muito favorável ao que os profissionais que ali estavam propuseram. Mas, no mesmo Congresso os Assistentes Sociais, se sentem insatisfeitos com a situação e se rebelaram contra suas próprias organizações, demarcando importância, pois, estas eram conservadora e atendiam apenas aos interesses das classes dominantes. A postura dos Assistentes Sociais mediante a esse congresso, foi o que deu suporte para construir esse marco na história do Serviço Social. De acordo com José Paulo Netto: “Este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional”. (NETTO, 2009, pág.141).

A partir de então grandes mudanças ocorreram e refletiram no interior da profissão. A transição da década de 70 para a década de 80, foi decisivo para a construção do Serviço Social mais crítico e interventivo, possibilitando à categoria a criação de bases teóricas e políticas organizativas. A interlocução com a teoria

marxista, e em seguida com o pensamento marxiano forneceram o sustentáculo teórico-metodológico para os profissionais entenderem a realidade sobre uma perspectiva de totalidade.

A “Virada”, possibilitou aos assistentes sociais revelarem novas possibilidades de análise da vida social, da profissão e dos indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha. Esta possibilitou o protagonismo das lutas da classe trabalhadora e dos sujeitos profissionais que passaram a apreender as necessidades reais vivenciadas pela população como demandas postas ao Serviço Social.

Durante a década de 1980, as necessidades sociais são politizadas pelos movimentos da classe trabalhadora que se formam e se organizam em torno de sua defesa. Direito ao trabalho, à autonomia de organização sindical, à seguridade social, aos direitos sociais, políticos e civis e aqueles relacionados à diversidade humana - como liberdade de expressão, direito à identidade e igualdade de gênero, étnico-racial e à liberdade de orientação e expressão sexual - emergem como demandas concretas e mobilizam os sujeitos individuais e coletivos para a luta. (CEFESS, 2009, p.1)

Parafraseando Netto (1999), o projeto ético político, tem articulado entre si, elementos que fazem parte da sua constituição, traz o ideal da profissão, quais valores a legitimam, a função na sociedade, objetivos, os conhecimentos, normas, práticas, estabelecendo a relação entre profissional e usuários, e com as demais instituições e organizações.

A construção coletiva do projeto profissional, reuniu assistentes sociais de todos os segmentos e materializa-se no Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 13/3/1993, na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei 8.662 de 7/6/1993) e na proposta das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social (8/11/1996). O Código de Ética de 1993, garantiu e buscou ampliar as conquistas profissionais impressas no código anterior de 1986, houve a revisão do mesmo originando o de 1993. As transformações ocorridas na profissão, foram embasadas na necessidade de acompanhar as transformações econômicas, políticas e sociais da realidade brasileira. O Código de Ética de 1993 traz a identificação da categoria. Fica claro, a direção dos compromissos assumidos pelo Serviço social nas últimas décadas, o projeto ético-

político hegemônico, podendo observar claramente uma perspectiva crítica à ordem econômica-social estabelecida e a defesa dos direitos dos trabalhadores.

Guerra confirma que,

A década de 1990 confere maturidade teórica ao Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social brasileiro que, no legado marxiano e na tradição marxista, apresenta sua referência teórica hegemônica. Enfeixa um conjunto de leis e de regulamentações que dão sustentabilidade institucional, legal, ao projeto de profissão nos marcos do processo de ruptura com o conservadorismo: a) o Novo Código de Ética Profissional de 1993; b) a nova Lei de Regulamentação da Profissão em 1993; c) as Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social em 1996; d) as legislações sociais que referenciam o exercício profissional e vinculam-se à garantia de direitos como: o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas de 1993, a Lei Orgânica da Saúde em 1990. (GUERRA, 2007, p. 37).

Segundo Netto (1999), o projeto profissional implica o compromisso com a competência, e este é base para o aperfeiçoamento intelectual do assistente social e possibilita uma formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórica metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta para atuarem a partir da realidade social apresentadas pelos usuários. Apresenta-se como um projeto profissional coletivo que apresenta uma auto imagem da profissão, um projeto societário.

Netto (1999) ainda afirma que, os projetos societários apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Constituem-se em projetos macroscópicos, vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Este, imprime uma direção para a ação do profissional de Serviço Social.

O profissional de Serviço Social, deve assumir como orientação, o Projeto ético político, articulando suas dimensões técnico-operativas⁷, ético-políticas⁸, e

⁷A dimensão técnico-operativa do Serviço Social implica reconhecer a sua complexidade dada pela diversidade de espaços sócio-ocupacionais nos quais os profissionais transitam e pela própria natureza das suas ações nos diferentes âmbitos do exercício profissional, como, por exemplo, a proposição e formulação de políticas sociais, o planejamento, gestão e articulação de serviços e programas sociais, ou o atendimento direto aos usuários em diferentes instituições e programas sociais (MIOTO, 2000, p.27).

⁸ A dimensão ético - política do projeto: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas

teórico-metodológicas⁹. Na atualidade, o profissional de Serviço Social, apresenta diversos desafios os quais são apontados por Iamamoto:

1) rigorosa formação teórico-metodológica que permita explicar o atual processo de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia das finanças e o reconhecimento das formas particulares pelas quais ele vem se realizando no Brasil, assim como suas implicações na órbita das políticas públicas e consequentes refrações no exercício profissional; 2) acompanhamento da qualidade acadêmica da formação universitária ante a vertiginosa expansão do ensino superior privado e da graduação à distância no país; 3) articulação com entidades, forças políticas e movimentos dos trabalhadores no campo e na cidade em defesa do trabalho e dos direitos civis, políticos e sociais; 4) afirmação do horizonte social e ético-político do projeto profissional no trabalho cotidiano, 5) o cultivo de uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos, potenciando a nossa autonomia profissional. (IAMAMOTO, 2009, p. 38-39).

De acordo com os desafios citados acima, o profissional tem que se valer do seu projeto ético político como orientação para uma atuação efetiva, tentando de todas as formas possíveis libertar-se das influências neoliberais ainda existentes.

Santana afirma que,

À medida que o profissional assume o compromisso com a transformação dessa ordem societária e institui como estratégia de ação, no atual momento histórico, a luta por direitos sociais, comprometendo-se com a qualidade dos serviços prestados e com o fortalecimento do usuário, seu perfil tem que ser necessariamente crítico e questionador. É preciso, também, que este esteja munido de um referencial teórico-metodológico que lhe permita apreender a realidade numa perspectiva de totalidade, e construir mediações entre o exercício profissional comprometido e os limites dados pela realidade de atuação. (SANTANA, 2000, p. 90)

O profissional deve criar estratégias para conseguir lidar com o sistema vigente, este deve ser crítico, analítico, tendo uma atitude reflexiva e propositiva

como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. (NETTO, 1999, p.16)

⁹ A capacitação teórico-metodológica é que permite uma apreensão do processo social como totalidade, reproduzindo o movimento do real em suas manifestações universais, particulares e singulares em seus componentes de objetividade e subjetividade, em suas dimensões econômicas, políticas, éticas, ideológicas e culturais, fundamentado em categorias que emanam da adoção de uma teoria crítica (ABESS/CEDEPSS, 1996. p.152)

frente à realidade apresentada. Deve haver ousadia e disposição para que se consiga decifrar as novas propostas que surgem no Serviço Social.

Iamamoto afirma que,

Ao profissional assistente social, apresenta-se um dos maiores desafios nos dias atuais: desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. O perfil predominante do assistente social historicamente é o de um profissional que implementa políticas sociais e atua na relação direta com a população usuária. Hoje exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com a sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado. (IAMAMOTO, 2000, p.113)

O assistente social, deve buscar através de sua práxis¹⁰ educativa, transformar a realidade dos sujeitos, para que se tornem livres, tendo a capacidade de decisão e ação. É importante decifrar a realidade, para que se entenda o contexto do usuário, sabendo propor e negociar estratégias que consigam responder as demandas atuais. Para a efetivação do Projeto Ético-Político, exige-se profissionais que consigam ultrapassar os limites da instituição, avançando na luta pelos direitos e pela cidadania.

Parafraseando Iamamoto (2011) é necessário que se formem assistentes sociais qualificados, com uma grande bagagem ética, política, metodológica e interventiva, apontando os caminhos, e ensinando-os a aprender pela convivência permanente com a teoria, história e pesquisa do cotidiano e das práticas.

A busca pelo conhecimento é incessante, pois a questão social, sempre terá novas roupagens, e um profissional estagnado, que não consegue decifrar a realidade, e compreender a totalidade de seu usuário, não conseguirá alcançar respostas para as demandas apresentadas.

¹⁰ Nessa incessante dinâmica da história, os homens vão tornando cada vez mais complexas suas relações e cada vez mais mediadas suas formas de vida social, o que equivale a dizer que eles vão criando, cada vez mais, formas de objetivação na realidade, as quais podemos chamar de *práxis*.(TEIXEIRA, 2009, p.3)

1.3 A globalização da economia e as manifestações da questão social no Brasil

O processo de globalização¹¹ se desenvolveu para atender ao capitalismo, de forma que este pudesse sair em busca de novos mercados, começando a desenvolver-se a partir da Revolução Industrial, este passou despercebido por muitos anos. O fim da Segunda Guerra Mundial, marca o ponto inicial da globalização moderna, neste momento os países começaram a se unir, com o objetivo de impedir o início de outras guerras. Os países envolvidos chegaram à conclusão que era de grande importância para o futuro da humanidade a criação de mecanismos comerciais para aproximar cada vez mais as nações uma das outras. A partir de então, nasceu as Nações Unidas, e começou a surgir o conceito de bloco econômico, pouco após isso com a fundação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço – CECA que posteriormente viria a se tornar a União Européia.

A globalização do mundo “expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial” (IANNI, 1992, p.76). Envolve nações, nacionalidades, regimes políticos, projetos nacionais, indivíduos, grupos, classes sociais, economias, sociedades, culturas e civilizações. O capitalismo tenta manter uma visão de igualdade, mascarando as diversas, formas de desigualdade existentes entre a população.

A Globalização foi promovida pelas inovações tecnológicas, principalmente pelas telecomunicações e informática. A partir da rede de telecomunicação (telefonia fixa e móvel, internet, televisão, aparelho de fax, entre outros) possibilitou a distribuição de informações entre as empresas e instituições financeiras, ligando os mercados do mundo. Contudo houve muitas perdas, pois, com as novas tecnologias muitas empresas aprenderam a produzir mais com menos mão de obra, fazendo com que o trabalhador perdesse espaço, e conseqüentemente ocorrendo a hegemonia do grande capital.

A globalização da economia acontece a partir da hegemonia do capital, a produção e gestão do trabalho são alteradas, e com isso cresce a exclusão econômica, social, cultural, e política das classes subalternas. A acumulação

¹¹ Globalização diz respeito à multiplicidade de relações e interconexões entre estados e sociedades, conformando o moderno sistema mundial. Focaliza o processo pelo qual acontecimentos, decisões e atividades em uma parte do mundo podem vir a ter conseqüências significativas para indivíduos e coletividades em lugares distantes do globo. (McGROW, 1992, p. 23)

capitalista transforma o mundo do trabalho, havendo mudanças em todos os setores sociais, e com isso ocorre desregulamentação dos direitos trabalhistas, precarização, e terceirização dos trabalhadores.

Como já dizia PARENZA,

A precarização do trabalho está diretamente relacionada ao aumento do assalariamento sem carteira assinada, do trabalho autônomo e do informal, da redução e/ ou ausência de direitos trabalhistas, bem como de suas respectivas implicações na jornada de trabalho e no tempo de permanência no trabalho, nos rendimentos do trabalhador, na possibilidade de acesso aos mecanismos de proteção social e nas condições de trabalho às quais são submetidos cotidianamente os trabalhadores (PARENZA, 2008, p. 35).

A acumulação capitalista sempre produz, em grandes proporções para que possa se expandir, e com isso,

a magnitude do capital social já em funcionamento e seu grau de crescimento, com a ampliação da escala de produção e da massa de trabalhadores mobilizados, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, com o fluxo mais vasto e mais completo dos mananciais da riqueza, amplia-se a escala em que a atração maior dos trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão deles. Além disso, aumenta a velocidade das mudanças na composição orgânica do capital e na sua forma técnica, e número crescente de ramos de produção é atingido, simultânea ou alternativamente, por essas mudanças. Por isso, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. (Marx, 1968, p. 732)

Parafraseando Antunes (2001), o qual afirma que as mudanças organizacionais e tecnológicas, assim como as mudanças nas formas de gestão, também afetam o setor de serviços, que cada vez mais, se submete à racionalidade do capital. Com o crescimento desse setor, alteram-se não só os limites da divisão social e técnica do trabalho, mas também a função dos serviços na acumulação. Ao se utilizarem do setor de serviços para fins de acumulação, os capitalistas impuseram mudanças no processo de produção, combinando novas atividades de serviços com as formas de produção tradicionalmente existentes.

De acordo com Costa as mudanças no processo de produção mobilizam novas formas de combinação entre os trabalhos dos assalariados dos serviços e daqueles

inseridos na produção material, originando uma nova composição do trabalhador coletivo e novas formas de cooperação. (COSTA, 1998, p. 99)

Para o capitalista obter a acumulação um dos pré-requisitos está pautado na produção, na venda e no consumo dos serviços pela sociedade, através das diversas formas que ele encontra para expandir a produção, como, por exemplo: o tempo de vida limitado que tem determinados produtos no mercado. Então, os avanços tecnológicos contribuem para criar condições de produção que estimulam e ajudam no consumo de mercadorias, estes sempre apresentam uma novidade para os consumidores. Meszáros diz, que “esse consumo, essas necessidades, é impulsionado pelos novos encantos inspirados pelas propagandas constantes”. (MESZÁROS, 1989,)

Com o desenvolvimento dos serviços são alteradas as suas funções, ampliando os serviços pessoais para os serviços coletivos, observando o crescimento de necessidades coletivas (saúde, educação, previdência, lazer etc.). Necessidades de reprodução estas, que ao serem incorporadas pelo capital expandem a oferta de serviços sociais que são necessários para a reprodução do trabalho e do capital. Esses mecanismos de administração dos efeitos da desigualdade econômica incluem o investimento do Estado em diversas instituições.

Dentro do contexto neoliberal, também os serviços sociais participam diretamente do processo de acumulação do capital. Serviços como saúde, educação e previdência, que seriam responsabilidade do Estado, passaram a ser mercantilizados, que ao serem incorporados pelo capital, esses serviços passaram a uma utilidade social voltada para o lucro, “de modo a atender às necessidades das indústrias, seja ela farmacêutica, de equipamentos, de produção da cesta básica, dos proprietários de grandes hospitais, creches e escolas, bem como do setor financeiro, voltado para os seguros de vida e previdência” (MOTA, 1998, p.110).

A distribuição dos bens na sociedade capitalista, ocorre de forma desigual, a desigualdade social é o resultado direto da dinâmica de exploração colocada pelo capitalismo, ao ser social. O que o trabalhador ganha, não consegue manter o seu próprio sustento, é privado de seus direitos, não consegue manter o mínimo necessário para sua sobrevivência, e com isso recorrem ao Estado, para obter respostas, melhorias na situação econômica, voltam-se para políticas públicas ofertadas, e, de acordo com Soares,

Uma das estratégias neoliberais mais disseminadas (...) é a focalização. A idéia é a de que os gastos e os serviços sociais públicos/estatais passem a ser dirigidos exclusivamente aos pobres. Ou seja, somente aqueles comprovadamente pobres, via “testes de pobreza” ou “testes meios” (baseados nos means tests dos programas sociais norte-americanos), podem ter acesso aos serviços públicos. No âmbito das políticas sociais, a estratégia da focalização é o correlato da individualização da força de trabalho e da possibilidade estrutural da exclusão de uma parte dela do mercado de trabalho, ou seja, da forma “legítima” de acessar os recursos. (SOARES, 2000, p. 79).

Parafraseando Netto (1996), a reestruturação do capital mundializado, intensifica-se no Brasil, nas últimas décadas do século XX, ocorrendo grandes mudanças, na gestão e força de trabalho, e na relação de classes, interferindo fortemente na atuação dos profissionais, conhecimentos e implementação, nas mais diversas áreas de atuação.

Segundo Montaña,

Desta forma, a desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas e a reestruturação produtiva vão da mão da reforma do Estado, sobretudo na sua desresponsabilização da intervenção na resposta às sequelas da “questão social”. Agora o mercado será a instância por excelência, de regulação e legitimação social. O “igualitarismo” promovido pelo Estado intervencionista deve ser, na ótica neoliberal, combatido. No seu lugar, a desigualdade e a concorrência são concebidas como motores do estímulo e desenvolvimento social. (MONTAÑO, 2002, pag. 53-64).

No Brasil, com a globalização, inserem-se contextos problemáticos, sendo estes, do ponto de vista econômico, político, cultural e social de dimensões, internas e externas, regionais e intercontinentais, de raízes seculares e contemporâneas. Há uma concentração de terra, de riqueza e de bens, nas mãos de poucos, associam-se às práticas históricas de clientelismo, de favor e outras práticas autoritárias e conservadoras ao lado de outras mais modernas, sintonizadas ao mundo globalizado e de revolução tecnológica sem precedentes, com isso o país sofre um alto grau de desigualdade e injustiças. Então, a situação de vulnerabilidade social se agrava, e com isso aumenta o desemprego, violência, drogadição, os direitos adquiridos são retirados dos cidadãos, quem está qualificado ingressa no mercado, e os desqualificados profissionalmente, ficam fora do mesmo. No mundo capitalista,

só tem valor quem de alguma forma possa contribuir, para o crescimento econômico. O “novo Mercado” capitalista globalizado, associado às inovações tecnológicas em curso, gerencia e controla as relações sociais de produção entre os indivíduos, grupos, classes, nações. Altera os costumes, as esperanças e as expectativas de homens, mulheres e crianças no cotidiano. Acontece uma invasão na vida dos seres humanos, em sua totalidade, transformando o mundo numa “imensa fábrica global”.

Marx e Engels, expõem,

A produção das ideias, das representações, da consciência, está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como direta exsudação do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. Os homens são os produtores das suas representações, ideias etc., e precisamente os homens condicionados pelo modo de produção da sua vida material, pelo seu intercâmbio material e o seu desenvolvimento posterior na estrutura social e política.
(MARX E ENGELS, 2009, p.31)

O sistema de proteção social tornou-se precário, não conseguindo responder às novas demandas apresentadas. Com a Reforma do Estado, no governo de Fernando Henrique Cardoso, na década de 90, ocorre a redução dos serviços públicos, os gastos governamentais sofrem grandes cortes. A reforma acontece por diversos fatores, tais como: o endividamento público; não é possível acompanhar a globalização; a autonomia dos Estados se torna reduzida, não gerindo as próprias políticas econômicas e sociais; o Estado funcionava de forma distorcida. A reforma do Estado “expressa uma composição das forças sociais, a concretização de um movimento conservador que buscou suprimir os avanços construídos a partir do modelo do Estado de Bem-Estar Social”.(COSTA, 2006 p.154).

Todos os ganhos sociais, aconteceram a partir da Constituição Federal de 1988, que incorpora os direitos sociais, garantindo a proteção social universal sob a responsabilidade do Estado e trazendo o tripé da seguridade social, sendo Saúde, Assistência, e Previdência, o mesmo é desmontado. Ocorre a fragmentação dos direitos, as políticas sociais se tornam desqualificadas, individualistas. “No projeto de FHC, a política social aparece inteiramente subordinada à orientação macroeconômica que, por sua vez, é estabelecida segundo os ditames do grande

capital” (NETTO, 2000). Os direitos sociais ficam abalados, e a classe trabalhadora sofre grandes consequências, a miséria se amplia, cresce a exploração dos trabalhadores, o trabalho acontece de forma parcial, temporária, há uma flexibilização no mundo do trabalho, o que traz uma desregulamentação das leis trabalhistas.

No neoliberalismo, ocorre a naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais, e o desmonte das conquistas sociais da classe trabalhadora, consubstanciados nos direitos sociais, que têm no Estado uma mediação fundamental. As conquistas sociais alcançada são vistos como problemas e/ou dificuldades, causando gastos sociais desnecessários, algo que impede o desenvolvimento e a liquidez financeira do Estado, sendo apontados como a principal causa de sua crise fiscal.

Yazbek afirma que:

O pensamento liberal estimula um vasto empreendimento de “refilantropização do social”, já que não admite os direitos sociais, uma vez que os metamorfoseia em dever moral. Opera uma profunda despolitização da “questão social”, ao desqualificá-la como questão pública, questão política e questão nacional. É nesse sentido que a atual desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais desloca a atenção à pobreza para a iniciativa privada ou individual impulsionada por motivações solidárias e benemerentes, submetidas ao arbítrio do indivíduo isolado, e não à responsabilidade pública do Estado. As consequências do trânsito da atenção à pobreza da esfera pública dos direitos para a dimensão privada do dever moral são: a ruptura da universalidade dos direitos e da possibilidade de sua reclamação judicial, a dissolução de continuidade da prestação dos serviços submetidos à decisão privada, tendentes a aprofundar o traço histórico assistencialista e a regressão dos direitos sociais. (YAZBEK 2001. P. 37).

A política social neoliberal é excludente e individualista, os indivíduos são culpabilizados pela situação em que se encontram, e não o sistema, que é na realidade o verdadeiro culpado. O Estado retira sua responsabilidade com a população.

Segundo Soares,

A filantropia, substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual, substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o provisório, substituem o permanente. As micros

situações, substituem as políticas públicas. O local, substitui o regional e o nacional. É o reinado minimalismo do social para enfrentar a globalização da economia. Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza cada um cuida do seu como puder. De preferência, um Estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social. (SOARES, 2003, p. 12)

A própria sociedade se torna responsável pelas classes subalternas, juntamente com as empresas que também investem em serviços sociais para a população.

Montano afirma,

Por um lado, a crise e a suposta escassez de recursos servem de pretexto para justificar a retirada do Estado da sua responsabilidade social e a expansão dos serviços comerciais ou desenvolvidos num suposto “terceiro setor”. Por outro, a recorrente afirmação de que existiria hoje uma “nova questão social” tem, implicitamente, o claro objetivo de justificar um novo trato à “questão social”; assim, se há uma nova “questão social” seria justo pensar na necessidade de uma nova forma de intervir nela, supostamente mais adequada às questões atuais. Na verdade, a “questão social” – que expressa a contradição capital-trabalho, as lutas de classe, a desigual participação na distribuição de riqueza social – continua inalterada; o que se verifica é o surgimento e alteração, na contemporaneidade, de suas refrações e expressões. O que há são novas manifestações da velha “questão social”. (MONTAÑO, 2002, p. 53-64).

As expressões da questão social, com a globalização ganham novas roupagens, e estas começam a ser enfrentadas por um terceiro setor¹². O Estado passou a ser o mínimo para a sociedade, e máximo para o capital. As políticas sociais no terceiro setor, são fragmentadas.

De acordo com Montañó,

Tendem a multifragmentação do trato da ‘questão social’, pois além da sua setorialização genética, elas são agora fragmentadas, dada à pequena área de abrangência das organizações deste setor em microespaços [...] O chamado ‘terceiro setor’ mal poderia compensar, em quantidade, qualidade variedade e abarcabilidade, as políticas sociais e assistenciais abandonadas pelo Estado, [...]. (MONTAÑO, 1999, p. 47-49).

¹² “Terceiro setor” é compreendido, na interpretação governamental, como “não governamental, não lucrativo e voltado ao desenvolvimento social” (IAMAMOTO, 2003: 25).

Parafrazeando Montaño (2002), o terceiro setor veio para escamotear e mistificar os processos de transformações sociais, criando uma visão de que tudo é possível, retirando dos trabalhadores os direitos conquistados, pois a parcela de serviços que é repassada através destas instituições, está longe do que realmente é de direito do trabalhador.

Com a globalização, grandes avanços foram alcançados, a circulação de informações, maior interação da economia, política e cultura entre os países. Mas não é benéfica a todos, excluindo uma grande parte da população, faltam oportunidades de emprego, conhecimento entre outros. O capitalismo globaliza não só a produção, a distribuição, a troca e o consumo, mas também as coisas, gentes, ideias, cultura, o Estado, as instituições.

II CAPÍTULO – O SUAS E SEUS MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL: A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

2.1 O Suas e os direitos sociais no contexto da PNAS

A Assistência Social, tem como perspectiva, elevar a condição de cidadãos que às vezes ainda se encontram invisíveis ao Estado e ao alcance dos direitos sociais. Desta forma a mesma, se inscreve na esfera da responsabilidade pública na garantia de atendimento às necessidades básicas e, portanto, central na produção de mecanismos relativamente compensadores das disparidades sociais. Nesse sentido, a proteção social dela decorrente implica em uma dinâmica permanente de contratualização entre os diferentes sujeitos para garantir e efetivar direitos socialmente estabelecidos.

Neste sentido, de acordo com Couto o direito social:

É um produto histórico construído pelas lutas da classe trabalhadora, no conjunto das relações de institucionalidade da sociedade de mercado para incorporar o atendimento de suas necessidades sociais à vida cotidiana. Na base do direito social a ideia de que as dificuldades enfrentadas pelos homens para viver com dignidade devem ser assumidas coletivamente pela sociedade, com supremacia da responsabilidade de cobertura pelo Estado ao qual compete a criação um sistema institucional capaz de dar conta dessas demandas. E no seu estágio maduro, a sociedade vale-se da jurisdição para garantir o acesso de todos aos direitos, civis, políticos ou sociais, sendo que as constituições têm sido um dos principais mecanismos que representam essa pactuação. (COUTO, B. R. 2004, p. 55)

A assistência social até o ano de 1988, tinha suas ações realizadas de forma assistencialista e seletiva, onde passou a ser tratada constitucionalmente como direito a partir da Constituição Federal de 1988, também denominada “Constituição Cidadã”, significou um grande avanço para a conquista da democracia no país, pois estabeleceu princípios democráticos, reconhecendo em seu texto, direitos políticos, civis e sociais, além de ser considerada um marco fundamental, nesse processo de reconhecimento da assistência social, como política pública, pois, somente a partir desta, a assistência Social foi inserida na política de seguridade social como: “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade,

destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência” (BRASIL, 1988, art. 194).

Parafrasando Sposati

A inclusão da assistência social na seguridade social foi uma decisão plenamente inovadora. Primeiro, por tratar esse campo como conteúdo da política pública, de responsabilidade estatal, e não como uma nova ação, com atividades e atendimentos eventuais. Segundo, por desnaturalizar o princípio da subsidiariedade, pelo qual a ação da família e da sociedade antecedia a do Estado. (...) Terceiro, por introduzir um novo campo em que se efetivam os direitos sociais. (SPOSATI, 2009, p.14)

A constituição afirma que, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente da contribuição, deixando explícito em seus objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo às crianças e adolescentes carentes; III – a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988)

A CF/88, foi um marco histórico ao ampliar legalmente a proteção social para além da vinculação com o emprego formal, mas, somente em 1993, que a assistência social dispôs de sua organização, através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742 aprovada no dia 07 de dezembro, estabelecendo uma nova matriz para a assistência social brasileira, enquanto política pública de proteção social, rompendo com a longa tradição cultural e política de assistencialismo. A LOAS, para a assistência social é muito mais que um texto legal, contendo um conjunto de ideias, de concepção de direitos, ela vem para discutir a questão da Assistência Social, substituindo a visão centrada na caridade e no favor.

Para Yazbek, a LOAS,

“expressa uma mudança fundamental na concepção da Assistência Social, que se afirma como direito, como uma das políticas estratégicas de combate à pobreza, à discriminação e à subalternidade em que vive grande parte da população brasileira”. (YAZBEK, 2012, p. 304).

A LOAS vem para reafirmar o dispositivo do artigo 204 da Constituição Federal de 88 onde,

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal, vincular a programa de apoio, à inclusão e promoção social, até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: I - despesas com pessoal e encargos sociais; II - serviço da dívida; III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (BRASIL, 1993)

A Lei Orgânica em seu artigo primeiro define,

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993)

Parafrazeando Sposati, a LOAS estabeleceu uma gestão descentralizada e democratizada da assistência social, sendo uma das aquisições fundamentais a incorporação de novos elementos ao debate desta política, decorrentes da instalação da relação participativa entre os três níveis de governo e, destes, com a sociedade (SPOSATI, 2001, p.54-82).

Logo após, a aprovação da LOAS, as teses neoliberais ganharam força em todo o mundo capitalista, principalmente a partir de 1995, sob a orientação do Banco Mundial, foram implementadas reformas ancoradas na necessidade de limitação do

Estado. As práticas políticas inspiradas no neoliberalismo foram amplamente disseminadas no conjunto da sociedade, as quais conduziram à privatização do Estado, desnacionalização da economia, desemprego e desproteção social.

O neoliberalismo especialmente a partir do ano de 1995, impediu que a assistência social, se constituísse como uma política de seguridade social como normatizado na LOAS, impedindo sua efetivação. As ações sobrepostas, descontínuas, fragmentadas e sem impacto, bem como o reduzido grau de responsabilidade do Estado no enfrentamento à pobreza ainda marcavam a política de assistência social.

A LOAS em 2003 completava dez anos, e a assistência social ainda não havia avançado como uma política de seguridade social. Sendo assim, em dezembro desse mesmo ano, ocorre a IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em Brasília, teve como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a fim de que fossem normatizadas as atribuições de cada esfera de governo e estabelecida uma rede de atendimento para a efetivação da Assistência Social como política pública, materializando as diretrizes contidas na LOAS. (BREVILHERI & PASTOR, 2013, p. 02).

Então, em junho de 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Cumprindo a decisão da IV Conferência Nacional apresentou e o Conselho Nacional aprovou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), na qual foram definidas as bases para o novo modelo de gestão da Política de Assistência Social em todo o território brasileiro: o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A Política Nacional de Assistência Social é conduzida pelos princípios democráticos:

- I- Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II- Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III- Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

- IV- Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V- Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (PNAS, 2004, p. 26)

A organização, disciplina e operacionalização da gestão da política de assistência social é feita através da Norma Operacional Básica 2005, conforme a Constituição Federal de 1988. A LOAS é a legislação complementar aplicável nos termos da Política Nacional de Assistência Social de 2004, sob a égide de construção do SUAS, abordando, dentre outras coisas: a divisão de competências e responsabilidades entre as três esferas de governo, com base na descentralização da gestão.

O Sistema Único de Assistência Social, é alvo de considerações importantes citado por LOPES:

O Sistema Único de Assistência Social, em construção no país, é a materialização de uma agenda democrática cuja biografia tem raízes históricas nas lutas e contradições que compõem esse direito social, que foram e são objeto da atenção de intelectuais, da atuação de militantes e da ação de trabalhadores sociais em todo o país. Esse processo histórico de alguma duração, perto de quatro décadas, continua a requisitar muita atenção, já que aparece como referência para a montagem da nova condição da política de assistência social em curso. Esta justa “retrovisão” assessora o enfrentamento dos desafios colossais que envolve o projeto e o processo desse inédito sistema e garante a manutenção do seu compromisso central, que é solapar o flagrante desmonte do sistema de direitos sociais arduamente conquistados, que andava em curso no Brasil até 2003. (LOPES, 2006, p. 77).

Segundo Yasbek,

A descentralização contribui para o reconhecimento das particularidades e interesses próprios do município e como possibilidade de levar os serviços para mais perto da população. (...) [e] a municipalização aproxima o Estado do cotidiano de sua população, possibilitando-lhe uma ação fiscalizatória mais efetiva, permite maior racionalidade nas ações, economia de recursos e maior possibilidade de ação intersetorial e interinstitucional. (YASBEK, 2004, p. 16.)

O SUAS, terá como princípios fundamentais, a matricialidade sóciofamiliar; territorialização; proteção pró-ativa; integração à seguridade social; integração às políticas sociais e econômicas. Vai indicar como garantias dessa proteção, a segurança de acolhida, a segurança social de renda, a segurança do convívio ou vivência familiar, comunitária e social, a segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e a segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais (NOB/SUAS, 2005, p.18).

A matricialidade sociofamiliar, tem a família como o foco do atendimento socioassistencial, é considerada o “núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social e espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias dos indivíduos” (MDS, 2009, p.12).

De acordo com Teixeira,

Na matricialidade sociofamiliar, em que se dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do território de vivência, com prioridade àquelas mais vulnerabilizadas, uma estratégia efetiva contra a setorialização, segmentação e fragmentação dos atendimentos, levando em consideração a família em sua totalidade, como unidade de intervenção; além do caráter preventivo da proteção social, de modo a fortalecer os laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros, de modo a romper com o caráter de atenção emergencial e pós-esgotamento das capacidades protetivas da família. (TEIXEIRA, 2009, p. 257)

A família tem o papel de pilar da proteção social, e o Estado auxilia nesta responsabilidade, para o enfrentamento às situações de riscos e vulnerabilidades em que se encontram. A PNAS (BRASIL, 2004, p.32) confere centralidade à família nas ações da política de Assistência Social por compreendê-la como sujeito de direitos. Reconhece como família, um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade.

A territorialização, vai passar a reconhecer os diversos fatores sociais e econômicos que levam uma família a uma situação de vulnerabilidade e risco social, além de orientar a proteção social da Assistência Social na perspectiva do alcance da universalidade de cobertura aos indivíduos e famílias. A proteção pró-ativa, é um conjunto de ações que vão buscar reduzir a ocorrência de riscos e danos sociais, já

para a segurança de acolhida, serão oferecidos espaços e serviços para a proteção social básica dos usuários que necessitarem dela, e a segurança social de renda que será feita por meio de bolsas- auxílios financeiros através de condicionalidades.

A Política Nacional de Assistência Social contribuiu para a constituição do SUAS, onde a proteção social é dividida em: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (de média e alta complexidade).

A proteção social da Assistência Social se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória do seu ciclo de vida, por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofertas à dignidade humana. [...] Em suas ações, produz aquisições materiais, sociais, socioeducativas ao cidadão e cidadã e suas famílias para suprir suas necessidades de reprodução social de vida individual e familiar; desenvolver suas capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia (BRASIL, 2005, p.89).

O SUAS vem para consolidar a visão de que a Assistência Social é um direito, de quem dela necessitar, e que deve ser efetivado por meio de políticas públicas e não uma ação conservadora e voluntarista do Estado para com os que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Tem como principal porta de entrada o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social, é uma unidade estatal descentralizada da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) tem como função gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos.

A Proteção Social de Assistência Social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social para redução e preservação do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional. (NOB/SUAS, 2005, p.16).

O principal serviço ofertado pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), cuja execução é obrigatória e exclusiva, é

também de sua responsabilidade o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, (2009) o PAIF é baseado no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias. Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares. Assim, realiza ações com famílias que possuem pessoas, que necessitam de maior atenção, com foco na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, à adolescência, à juventude, ao envelhecimento e deficiências, a fim de promover espaços para a troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p. 8-59)

Nas orientações técnicas do PAIF, volume I, (2012) o serviço deve atender todas as famílias em situação de vulnerabilidade social do território, mas as ocorrências de determinadas situações que atingem algum de seus membros podem ser um indicador de que a família demanda um olhar peculiar, tais como: Famílias com integrantes sem a devida documentação civil; Famílias com vínculos fragilizados entre pais e filhos de 0 a 6 anos; Famílias com jovens de 15 a 17 anos, com defasagem escolar e com frágil ou nulo acesso a serviços socioassistenciais e setoriais de apoio; Famílias com adolescentes grávidas, com precárias condições para prover seu sustento; Famílias que não conseguem garantir a segurança alimentar de seus membros; Famílias com denúncias de negligência a algum de seus membros; Famílias com episódios pregressos de violência entre seus membros adultos; Famílias com episódios pregressos de violência contra criança/adolescente (abuso sexual, violência física ou violência psicológica); Famílias que tiveram criança/adolescente em abrigo, casa-lar ou família acolhedora; Famílias com integrante egresso de situação de tráfico de seres humanos; Famílias com integrante egresso de situações análogas a trabalho escravo; Famílias com um ou mais integrantes desaparecidos, falecidos, internos ou egressos do sistema prisional, com especial atenção às internas gestantes e nutrizes; Famílias com integrante com história de uso abusivo de álcool e outras drogas. Famílias com pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

A equipe de referência do CRAS é constituída por profissionais responsáveis pela gestão territorial da proteção básica, organização dos serviços ofertados no CRAS e pela oferta do PAIF. Sua composição é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS e depende do número de famílias referenciadas ao CRAS, conforme: Até 2.500 famílias referenciadas; dois técnicos com nível médio e dois técnicos com nível superior, sendo um assistente social e outro preferencialmente psicólogo; 3.500 famílias referenciadas, são três técnicos com nível médio e três técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo; 5.000 famílias referenciadas, são quatro técnicos com nível médio e quatro técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009; pg 53).

Dentro do CRAS o Assistente Social é o Agente privilegiado, pois sua prática concretiza plenamente a ação institucional. Têm um saber pleno quanto ao objeto institucional e a partir desse saber, necessita buscar posição estratégica em relação à ação institucional.

Segundo a ABEPSS (1996) (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) “compete ao Assistente Social da política de Assistência Social, identificar, analisar e compreender as demandas presentes na sociedade e seus significados, e formular respostas às mesmas, para enfrentar as diversas expressões da questão social”.

[...]o perfil do/a assistente social para atuar na política de Assistência Social deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente.” [...] (CEFESS, 2011, p. 18).

Para que a atuação seja eficiente, não pode haver uma dissociação da teoria/prática, pois ambas estão correlacionadas. O profissional de Serviço Social necessita buscar atualizações constantemente para poder lidar com as transformações societárias e suas implicações para a profissão.

Neste sentido, Netto aponta para

“necessidade de elaborar respostas mais qualificadas (do ponto de vista operativo) e mais legitimadas (do ponto de vista sociopolítico) para as questões que caem no seu âmbito de intervenção institucional [...] as possibilidades objetivas de ampliação e enriquecimento do espaço profissional [...] só serão convertidas em ganhos profissionais [...] se o Serviço Social puder antecipá-las”. O autor ainda ressalta que estas serão caracterizadas “por tensões e conflitos na definição de papéis e atribuições com outras categorias socioprofissionais”. (NETTO, 1996, p. 124).

O Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social atua como interventor na aplicação efetiva das diferentes ações previstas pela política socioassistencial.

A Proteção Social de média e alta complexidade, é ofertada às famílias e cidadãos de forma contínua, em situações de risco pessoal e social, quando ocorre negligência, ameaças, maus tratos, violações físicas e psíquicas, abandono, entre outros. Tem como objetivo resgatar a família, potencializar sua capacidade de proteção aos seus membros. Fortalecendo a autoestima dos indivíduos, e familiares, para que haja fortalecimento entre os membros da família dos usuários, visando a reinserção dos mesmos na sociedade.

O CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) oferta os serviços, é fundamentado pela Política Nacional de Assistência Social tendo por função efetuar ações proporcionando atendimento “às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos” (BRASIL, PNAS/2004, p. 38)

Oferta a Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos (PAEFI). O PAEFI é um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias, com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. A atuação dos profissionais no CREAS, tem como intuito, fortalecer vínculos e buscar a reconstrução dos laços familiares e comunitários, visando a superação da situação de violação de direitos vivenciada.

São considerados serviços de média complexidade, os que,

Oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado, tais como:

- Serviço de orientação e apoio sociofamiliar.

- Plantão Social.
- Abordagem de Rua.
- Cuidado no Domicílio.
- Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência.
- Medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA). (PNAS, 2004, pg. 38)

Os serviços ofertados na alta complexidade garantem,

Proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. Tais como:

- Atendimento Integral Institucional.
- Casa Lar.
- República.
- Casa de Passagem.
- Albergue.
- Família Substituta.
- Família Acolhedora.
- Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada).
- Trabalho protegido. (PNAS, 2004, p. 38)

Na NOB-RH/SUAS (2006), fica explicitado que são princípios que orientam a atuação dos profissionais da área de assistência social:

- a) Defesa intransigente dos direitos socioassistenciais;
- b) Compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;
- c) Promoção aos usuários do acesso à informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende;
- d) Proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade e opção e resgatando sua história de vida;
- e) Compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade;
- f) Reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social;
- g) Incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção;

- h) Garantia do acesso da população à política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios;
- i) Devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento de seus interesses;
- j) Contribuição para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados. (NOB/RH, 2006, p.13)

O profissional faz uso de diversos instrumentais técnico-operativos, teórico-metodológicos para realizar a análise interpretativa e crítica da realidade que irá intervir, na qual a demanda por atendimento abrange famílias em situação de vulnerabilidade social, ou em situação de risco pessoal ou social.

Constitui-se como objeto do Serviço Social as situações problematizadas pelos usuários como: desemprego, subemprego, situação de abandono ou negligência, perda de identidade social e vínculo familiar, ainda situação de miserabilidade, discriminação e exclusão social. Em resumo, são diversas situações que requerem a apreensão contínua da realidade em que o indivíduo está inserido. A demanda abrange famílias em situação de vulnerabilidade social, ou em situação de risco pessoal ou social, necessitando de atendimento dos profissionais do CRAS. (ANDRADE, 2013, p.3)

Como em todas as áreas de atuação do Serviço Social, o profissional neste local encontra desafios, como a dificuldade da população em conhecer e entender o trabalho que é desenvolvido no CRAS, e outro fator que dificulta o trabalho, é a adesão das famílias e indivíduos, nos programas e serviços ofertados pelo equipamento, entre outros desafios.

Segundo Iamamoto e Carvalho,

As condições sociais que circunscrevem o trabalho do assistente social, com os rebatimentos da “contrarreforma” do Estado, tendem a ser desreguladas e flexibilizadas com a subordinação do conteúdo do trabalho aos objetivos e necessidades das entidades empregadoras. Levando, assim, o assistente social a exercer um trabalho muito mais burocratizado e rotineiro, sob a órbita da alienação, do que um trabalho intelectual, numa perspectiva de dimensão política e pedagógica, no âmbito dos processos de estabelecimento de consensos sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

Os entraves encontrados na atuação do profissional, são diversos, principalmente por atuarem em unidades públicas estatais, onde o órgão empregador (o Estado), pelo seu regime capitalista e neoliberal, exige que o profissional faça aquilo que é de interesse do capital. Os profissionais se deparam, no cotidiano do espaço sócio-ocupacional, com condições de trabalho precárias, os espaços físicos insuficientes, contratos de trabalho instáveis, insegurança no emprego, baixas remunerações e outros constrangimentos do trabalho assalariado. Condições como estas, dificultam as possibilidades de materialização do Projeto Ético-Político Profissional uma vez que o profissional é submisso dentro do espaço sócio-ocupacional, o que compromete a qualidade dos serviços e da estratégia de alargamento de sua autonomia.

Parafraseando Yamamoto (2007), este novo modelo de empregabilidade, é uma marca do capitalismo moderno, e o serviço social sofre seus rebatimentos, são contratos, subcontratos, não-garantia de direitos, e com isso surge a dificuldade em realizar o trabalho de forma contínua e com qualidade, são muitas as tensões dos trabalhadores assalariados.

Desta forma, se faz necessário que o assistente social tenha uma base teórica sólida que o possibilite construir uma prática direcionada pelo projeto ético-político da profissão. A Política de Assistência Social, vem passando por grandes avanços, desde a Constituição Federal de 1988, o profissional deve também buscar avançar em suas estratégias para que haja a consolidação do exercício profissional como prática crítica, é um processo de construção permanente, cujo limite é indicado pelo próprio movimento da realidade social.

2.2 A atuação do assistente social no CRAS, possibilidades e desafios para a efetivação do projeto ético político.

Considerando os grandes avanços que a política de assistência social vem alcançando desde a Constituição Federal de 1988, e ainda os princípios fundamentais explicitados no Código de Ética da profissão de 1993, onde deixa explícito que a intervenção do profissional necessita ser pautada no projeto ético-político, mesmo havendo dificuldade em sua materialização, surge um questionamento: Quais são os desafios e possibilidades encontradas pelos

assistentes sociais para a efetivação do projeto ético-político no Centro de Referência de Assistência Social? Para nos auxiliar mediante este questionamento, foi realizada uma pesquisa no CRAS da cidade de Fernandes Tourinho – MG.

Fernandes Tourinho, está localizada na região Leste no interior do estado de Minas Gerais, à 302,8 km da capital Belo Horizonte. De acordo com dados do IBGE de 2016 a cidade ocupa uma área de 151,875 km², com uma população estimada de 3.227 habitantes

O município de Fernandes Tourinho, no âmbito do SUAS e de acordo com a PNAS/2004, é considerado de Pequeno Porte I, que são municípios de até 20.000 habitantes/5000 famílias, possuindo apenas um CRAS para até 2.500 famílias referenciadas, sendo que este, o único equipamento da proteção social básica do município e contempla todo o seu território.

O CRAS, foi implantado em Fernandes Tourinho em 2005, nos moldes estruturais e organizacionais preconizados pela PNAS/2004, e tem se amparado tecnicamente para responder às demandas sociais que lhes são atribuídas, visando a efetivação dos direitos, da convivência familiar e comunitária.

A amostra para a realização da pesquisa, foi proveniente da aplicação de questionário a dois profissionais graduados em Serviço Social, que atuam no CRAS supracitado, esta realizada no mês de novembro de 2016. A pesquisa é de caráter qualitativa, onde foi utilizado um questionário semi-estruturado, possuindo este 26 questões, divididas em blocos para melhor compreensão do profissional. A pesquisa qualitativa, é dividida em três momentos: Fase exploratória, Trabalho de campo e Análise de dados (MINAYO, 2010).

Observa-se, que o tema em questão é muito complexo para diversos profissionais, sendo assim, quando realizado a aplicação do questionário, as pesquisadoras deram abertura para questionamentos, para sanar possíveis dúvidas provenientes do questionário. Neste trabalho, analisaremos as respostas de dois profissionais de Serviço Social, os quais serão assegurados o seu anonimato, sendo referenciados como P1 e P2.

Ao analisar o questionário, fora observado que ambos os profissionais se formaram na mesma Instituição de Ensino Superior (Faculdades Integradas de Caratinga). P1 concluiu a graduação em 2012, e atua como Coordenador (a) do CRAS há quatro anos, não tendo a sua função específica como Assistente Social do equipamento, o mesmo é concursado em outra área no município e encontra-se em

desvio de função. P2 formou-se em 2009, e desde então atua como assistente social do CRAS e o mesmo é concursado(a) para o cargo. Ambos profissionais possuem pós-graduação, o que reafirma que a prática profissional implica em pensar na dinâmica da sociedade, as transformações ocorridas e as constantes mudanças, sendo assim, para lamamoto:

Hoje exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais e empresariais; um profissional propositivo, com sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado. (IAMAMOTO, 1999, p. 113)

O Mundo contemporâneo, exige que o profissional no exercício de sua função, seja bem informado, crítico, culto e atento às transformações que vem ocorrendo na atualidade, para isto, é necessário que o mesmo se atualize constantemente, para que no seu fazer profissional tenha condições de elaborar projetos, avaliação de programas e projetos sociais, capacitação de recursos, gestão de pessoas, entre outros, socializando informações e conhecimentos, propondo novos serviços e ampliando o espaço do Serviço Social.

Netto (1999), faz uma afirmativa, que a busca constante por atualização/especialização por parte do profissional é um uma grande possibilidade de alcance da materialização do seu projeto ético político. Sendo assim, do ponto de vista profissional:

O projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa. (NETTO, 1999, p.16).

Os profissionais em questão, possuem carga horária diferentes, P1, trabalha um período de quarenta (40) horas semanais, como coordenador e P2, como atua na função de assistente social do equipamento, trinta (30) horas semanais, isto

mostra que o município está garantindo o direito do profissional de serviço social promulgado na Lei nº 12.317, de 27 de agosto de 2010, que estabeleceu a jornada de trabalho de 30 horas semanais para assistentes sociais. Desta forma o CFESS destaca:

É importante ressaltar que a conquista das 30 horas semanais sem redução de salário para assistentes sociais deve ser compreendida no conjunto das lutas da classe trabalhadora, porque contribui para a garantia de melhores condições de trabalho e se insere na luta pelo direito ao trabalho com qualidade para todos (as). (CFESS, 2011, p. 2).

No caso de P1, o mesmo ocupa um cargo comissionado, que:

Exige-se dedicação exclusiva, portanto, trata-se de uma situação diferenciada, com recebimento de proventos adicionais para tal cargo. Logo, nesses casos, não é possível obrigar o empregador a aplicar a lei, exceto se houver um acordo entre as partes. (CFESS, 2011, p. 3).

Os profissionais quando questionados se o local de trabalho possibilita que garanta sigilo em suas ações e informações, ambos responderam que sim e P1 ainda disse: “há espaço e material para que seja mantido o sigilo quando for necessário”. Mediante a fala de P1, observa-se que no CRAS estudado possui espaços adequados para os atendimentos, dispondo de condições éticas e técnicas para o exercício profissional do assistente social de acordo com o artigo 2º da resolução CFESS nº 493/2006:

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

- ✓ Iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional;
- ✓ Recursos que garantam a privacidade do usuário, naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;
- ✓ Ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas;
- ✓ Espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado. (CFESS, 2006).

Dando sequência ao estudo, os profissionais quando questionados sobre os recursos materiais e humanos utilizados por eles no CRAS, P1 e P2 citaram os mesmos recursos humanos “um Assistente Social, um Psicólogo, um Coordenador, uma Educadora Social, uma recepcionista e duas Auxiliares de limpeza”, sendo que P2 acrescentou que conta com a presença de uma Estagiária do Serviço Social. Para contribuir com o trabalho dos Grupos de Convivência, possui três facilitadores, trabalhando com oficinas. Em relação aos recursos materiais, as respostas foram distintas P1 “utilizo-me de materiais de escritório, máquina fotográfica e data show quando necessário.” P2 citou que utiliza de “Prontuário do SUAS, Materiais Didáticos, Sistemas de Informações, tais como CadÚnico, SISC e outros, Formulários, Relatórios, etc...”.

Fica evidente que o profissional P1 por ser coordenador do CRAS, trabalhando com a área de gestão, seus recursos materiais se tornam diferentes do profissional atuante em serviço social, tal como o P2, que por fazer parte da equipe técnica, utiliza de recursos materiais específicos para a sua atuação, como o prontuário SUAS e o sistema do SISC (sistema de informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos).

É notória a diferença do trabalho do P1 que é coordenador e P2 que é assistente social do equipamento, pois, perguntado quais as principais demandas colocadas pelo CRAS, P1 relata que o mesmo é responsável pela “gestão dos serviços ofertados pelo CRAS”, enquanto P2 diz que as demandas do equipamento são “BPC, 2ª vias de Certidões de Nascimentos e/ou Casamentos, Isenções de taxas de casamentos, visitas domiciliares, acompanhamento familiar. Vale ressaltar que por não haver CREAS no Município, chega inúmeras demandas de média complexidade para serem atendidas”. O trabalho do coordenador e do Assistente Social do equipamento se complementa, de acordo com o relato dos profissionais acima e ainda o que está preconizado na Lei 8.662 de 07 de junho de 1993, a qual dispõe sobre a profissão de assistente social, no seu Artigo 4º, descrevendo as competências do profissional.

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades;
- IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Mediante a fala de P2, quando relata que o município não possui CREAS, Observa-se que o profissional atende diversas demandas da média complexidade, as quais, os profissionais não possuem capacitações específicas para o tipo de atendimento, o mesmo realiza a sua intervenção, pois, não pode deixar o usuário sem respostas, podendo ocorrer das respostas necessárias serem além das possibilidades de resolução desses profissionais.

As principais demandas trazidas pelos usuários, P1 coloca que os mesmos vêm ao CRAS em busca pelo BPC (Benefício de prestação continuada) e os serviços de convivência, e P2 relata que os usuário buscam estes mesmos serviços e ainda, 2ª vias de Certidões de Nascimentos e/ou Casamentos, Isenções de taxas de casamentos, visitas domiciliares, acompanhamento familiar, e ainda demandas da proteção social especial de média complexidade.

A busca dos usuários por seus direitos, tais como, o acesso às orientações e à documentação civil básica, possibilita-os através do CRAS, o acesso a direitos básicos e de desenvolvimento da autonomia. A certidão de nascimento é um documento fundamental, primeiro documento oficial, para todo brasileiro. É a certidão de nascimento que possibilita o acesso à saúde, matrícula escolar, cadastramento em programas sociais como Bolsa Família, à justiça, garantias

trabalhistas e previdenciárias, abertura de conta em bancos, obtenção de crédito, realização de casamento civil, entre outros.

Respondendo às seguintes indagações: Como é organizado o trabalho do assistente social no equipamento? Você trabalha sozinho ou em equipe? Quem é responsável por definir a dinâmica de trabalho? P1 diz: “a dinâmica de trabalho é definida pela equipe técnica em conjunto com o coordenador, e o trabalho desenvolvido em equipe, sempre que possível”. Neste sentido P2 responde:

Como Assistente Social do CRAS, o meu trabalho se dá atuando na prestação de serviço de proteção social básica para todas as famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade e risco social. As ações são planejadas, mas, nem sempre seguem-se a ordem do planejamento, devido ao alto índice de demandas espontâneas, mas, as ações são através de encaminhamento e acompanhamento nos serviços socioeducativos onde são inseridos, prestando também o incentivo a autonomia e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, articulando sempre com a rede socioassistencial. Trabalho em equipe. E a dinâmica do trabalho definida pela equipe Técnica, juntamente com o Coordenador (PROFISSIONAL 2: 2016).

O trabalho e as ações desenvolvidas no CRAS necessitam ser desenvolvidas de forma interdisciplinar, pois se acredita que esta seja uma forma de superar as abordagens tecnicistas. Desta forma o caderno de orientações técnicas do CRAS destaca.

A interdisciplinaridade é um processo de trabalho recíproco, que proporciona um enriquecimento mútuo de diferentes saberes, que elege uma plataforma de trabalho conjunta, por meio da escolha de princípios e conceitos comuns. Esse processo integra, organiza e dinamiza a ação cotidiana da equipe de trabalho e demanda uma coordenação, a fim de organizar as linhas de ação dos profissionais em torno de um projeto comum. (Orientações Técnicas do CRAS 2009, p.65)

O município de Fernandes Tourinho, não possui todos os profissionais atuantes do CRAS, efetivos para tal cargo. O coordenador está em desvio de função e o psicólogo é contratado, podendo ocorrer uma grande rotatividade da equipe prejudicando assim o trabalho a ser desenvolvido pelo equipamento.

Quando perguntados sobre a participação em Conselhos de Direitos, P1 afirma que sim, “participa do Conselho Municipal de Assistência Social” e P2 no momento

não está participando. Raichelis (2011) observa que o controle social é peça-chave na constituição do espaço público e que os Conselhos de Assistência Social são entendidos como canais importantes de participação coletiva e de criação de novas relações políticas entre governos e cidadãos e, sobretudo, de construção de um processo continuado de interlocução pública. É importante a participação do profissional em Conselhos de Direitos, pois a luta é por uma sociedade igualitária e hegemônica.

Para a realização do exercício profissional, são necessários os instrumentos e técnicas de trabalho, quando indagados sobre quais são utilizados, P1 relata “utilizo-me desde observação, entrevista, reuniões e o que mais for preciso para coesão da equipe de trabalho e aprimoramento dos serviços”, e P2 elenca:

O atendimento individual, acolhida, escuta, visita domiciliar, relatórios, prontuários, encaminhamentos e entrevistas, abordagem de rua, atividades socioeducativas, planejamento familiar, atendimento familiar emergencial, liberação de documentos, requerimentos para BPC, orientação, reuniões, atividades com os grupos. Os demais instrumentos são criados de acordo com as necessidades para o atendimento da demanda (PROFISSIONAL 2: 2016).

Santos (apud Martinelli,1994), fala que “o instrumental é percebido como um conjunto articulado de instrumentos e técnicas, não podendo serem vistos isoladamente, por si sós, de maneira autonomizada, mas como uma unidade dialética”. Em cada intervenção se faz necessário o uso de instrumentos e técnicas diferentes, como ambos citaram acima. É necessário que os instrumentos tragam respostas, para as novas roupagens da questão social. A sociedade se transforma a todo momento, e com isso surgem novas demandas, por este motivo a busca pelo conhecimento deve ser constante. Continuando sobre os instrumentos e técnicas, questionamos se os instrumentos utilizados são o suficiente para o exercício da prática profissional. Por quê? P1 fala que, “estes são apenas alguns dos instrumentos e já são suficientes para direcionar a atuação profissional, o que de forma alguma possibilite descartar outros instrumentos ou instrumentalidades”.

A assistente social P2, acredita que,

Isso é muito relativo, uma vez que muitas das demandas são solucionadas através destes instrumentos, mas, no dia a dia, percebo que há muito para se fazer, quando o assunto é prevenção, mas a falta de recursos materiais impedem que o serviço seja realizado. (PROSISSIONAL 2: 2016).

Ambos concordam que durante o exercício profissional, outros instrumentos e técnicas além dos que foram citados, podem ser necessários e utilizados. P2, também cita um entrave, falta de recursos materiais, impossibilitando a realização do trabalho.

Parafrazeando Monteiro (2011), identifica que essas situações impactam de forma significativa a atuação do profissional e da equipe, são algumas inadequações prejudiciais, sendo na estrutura física, recursos materiais insuficientes, ausência de transporte, para mediar a aproximação com as famílias, e também a articulação com a rede. O profissional deve ser cauteloso para que a falta de recursos não coloque em risco sua prática profissional, pautada em seu projeto ético-político profissional, deve ter clareza quanto ao seu objeto de intervenção.

O profissional que atua no CRAS pode sofrer com determinantes externos, que influenciam a realização do trabalho no equipamento. Nesta questão P1, relata que “o determinante externo mais preponderante são os interesses políticos”. P2 cita um maior número de determinantes, e fala que,

Enquanto assistente social da Instituição CRAS, percebo no dia a dia do trabalho, diversos obstáculos na condução do exercício profissional, apesar de buscar atender as demandas dos usuários, que cada vez mais tem se diversificado e aumentado, existem fatores que dificultam essa realização, como por exemplo os interesses da instituição empregatícia, pois, nem sempre esses interesses vão de encontro aos interesses dos usuários, e enquanto assistente social, faz-se necessário uma mediação entre eles baseado nos princípios éticos e políticos da profissão e por possuir uma relativa autonomia muitas vezes não é possível dar ao usuário a resposta satisfatória à sua necessidade (PROSISSIONAL 2: 2016).

Observa-se que ambos os profissionais encontram dificuldades para a realização de seus trabalhos, os principais fatores externos relatados são os interesses políticos, algo muito comum em municípios de pequeno porte I, como é o caso de Fernandes Tourinho, que na maioria das vezes, vem com o intuito de que alguns sejam privilegiados, indo totalmente contra a política de assistência Social

que é direito de quem dela necessita. E ainda os interesses da instituição empregatícia, estes interesses inviabiliza o acesso dos usuários a serviços, benefícios e programas, que lhes são de direito impedindo-lhes o acesso pleno à cidadania e conseqüentemente a efetivação do projeto ético político do Assistente Social em sua totalidade.

As ações dos profissionais, são pautadas em um referencial teórico, ético e político que norteiam as mesmas. O entrevistado P1, cita que “entre tantos referenciais que reunidos me fornecem condições para desempenhar minhas funções cito o próprio Projeto Ético Político do Serviço Social e por que não citar também a Lei do SUAS”. P2 cita o Código de Ética da Profissão como norteador de suas ações.

E de acordo com Iamamoto (2000), as diretrizes norteadoras desse projeto se desdobram no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei que regulamenta a profissão de Serviço Social e nas Diretrizes Curriculares. P1, também cita as Lei do Suas. A Lei Nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Sposati, define o SUAS, enquanto,

Conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente – ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos -, por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. É modo de gestão compartilhada que divide responsabilidades para instalar, regular, manter e expandir as ações da assistência social (SPOSATI, 2006, p. 130).

O SUAS foi um grande avanço no campo da assistência social, veio para organizar os serviços, e fazer uma aproximação das famílias às instituições através da territorialização, entre outros.

O profissional em seu cotidiano no equipamento institucional, deve manter uma postura ética. Seguindo a pesquisa, quando perguntados, sobre o que é manter esta postura, P1 responde que “é possuir uma conduta pautada em valores e princípios que valorize os demais profissionais, respeitando o público alvo de nossas atuações ou intervenções, seguindo e sendo coerente com as leis que regem tais serviços” e P2 responde: considero ser de suma importância, saber ouvir, não só os usuários como também os colegas de trabalho e dar-lhes a mesma certeza do sigilo,

assim pode-se evitar muitos problemas. Também faz-se necessário, ter atitudes de generosidade e cooperação no trabalho em equipe, mesmo quando a atividade é específica a um certo colega de trabalho, ela faz parte de um conjunto mais amplo de atividades interligadas e que dependem do bom desempenho desta.

Pode-se perceber que ambos acreditam que a equipe de trabalho deve ser respeitada, e tratada com cordialidade, para que o trabalho possa fluir com tranquilidade e eficácia.

As abordagens das profissões podem somar-se com o intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e de exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual. (CFESS, 2011, p.25).

É importante que se defina as atribuições, papéis e competências, e que o trabalho não seja fragmentado, e sim com a visão de totalidade. Frisando também, a importância que é dada por P1 E P2 aos usuários dos serviços, sobre o sigilo das ações, e coerência com as Leis que regem as ações, P2 também fala sobre o respeito e entendimento das hierarquias, para um bom funcionamento do local.

Dando prosseguimento na pesquisa, os profissionais responderam questões pontuais ao objetivo do nosso trabalho, primeiramente foram-lhes perguntado qual o entendimento sobre o projeto ético político do Serviço Social.

Para o Assistente Social P1,

O projeto ético político é um norteador das intervenções do assistente social em suas mais diversas áreas de atuação, sinalizando princípios de conduta profissional dando ainda direcionamento acerca do trajeto a ser percorrido por essa profissão para que seja mais eficaz na busca por uma sociedade mais igualitária (PROFISSIONAL 1: 2016).

Diante desta fala NETTO, afirma,

[...] os projetos profissionais apresentam a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o

comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas. (NETTO, 1999, p. 95)

A profissão de Serviço Social é de grande relevância social, uma vez que, esta intervém em diversas realidades contemporâneas que debatem as consequências das manifestações da questão social impostas pelo sistema capitalista. A intervenção destes profissionais são norteadas por seu projeto Ético-Político, desta forma P2 destaca, “é um projeto societário, radicalmente democrático, que tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central. Propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração ou dominação de classe, etnia e gênero”.

Mediante a fala dos profissionais e a explanação de NETTO (2009) observa-se que os mesmos detém o conhecimento sobre o que é projeto ético-político, sendo este um projeto societário e representa a auto imagem da profissão, e é ele que irá nortear as ações do profissional, seja em qual for a sua área de atuação.

Nota-se que os profissionais têm dificuldade de articulação de seus projetos profissionais com a prática no equipamento, dizem que esta ocorre de forma relativa, pois, entraves existem e sempre existirão, todavia tem-se a necessidade de articulá-lo com o cotidiano, mesmo estando distante de sua plenitude.

O assistente social nesta perspectiva, tem o incessante compromisso de propor e efetivar ações profissionais que acompanhem a expansão da política de assistência social se comprometendo com a consolidação do Estado democrático dos direitos, a universalização da seguridade social e das políticas públicas e o fortalecimento dos espaços de controle social democrático, utilizando-se de estratégias que fortaleçam sua autonomia e competência profissional, a fim de efetuar intervenções com criticidade, autônoma, ética e politicamente comprometida com a classe trabalhadora e as organizações populares de defesa de direitos. (CFESS, 2011, p.4).

Neste aspecto BOSCHETTI afirma,

Um dos maiores desafios do Serviço Social na contemporaneidade é o de compreender, analisar e situar os direitos num ideário de totalidade, sendo capaz de identificar suas várias determinações, como também reconhecer suas contradições no espaço de construção da sociabilidade humana. Esse fato implica na eficácia da

consolidação do Projeto ético-político, uma vez que a luta por direitos media a luta pela construção de uma nova sociabilidade em favor da emancipação humana. (BOSCHETTI, 2004)

A luta dos profissionais para que o Projeto ético-político seja colocado em prática é constante, a busca pelo rompimento com o conservadorismo e práticas clientelistas são diárias. Seguindo a pesquisa, perguntamos sobre a autonomia para realizar o trabalho dentro do equipamento, P1 fala que, “dentro do serviço público a autonomia é geralmente parcial, pois está sempre vulnerável aos impasses e vontades políticas e certamente o CRAS está inserido neste contexto” e P2 percebe que esta é “uma autonomia relativa”.

É possível perceber uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, às demandas dos sujeitos de direitos.

A autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho. Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos, que fogem ao seu controle do indivíduo e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2009, p.16).

Percebemos que ambos encontram dificuldades na realização do trabalho, o equipamento tem interferência de fatores externos que influenciam diretamente o desenvolvimento do trabalho, como cita P1, sendo um deles, questões políticas. Mesmo que a autonomia seja parcial Montano (2009), argumenta que um profissional crítico, teoricamente sólido e atualizado é um ator que questiona que propõe, que tem autonomia relativa (política e intelectual), mas é, fundamentalmente, um profissional que não responde “imediatamente” às demandas finalistas e emergenciais da organização. O profissional deve estar atento aos limites e possibilidades, mas a defesa intransigente dos direitos dos usuários, deve ser respeitada.

Outra questão presente em nosso questionário é em relação à atuação do profissional no CRAS, quais os principais limites impostos ao seu exercício profissional. P1 cita que “além dos embates políticos já citados neste questionário, existe também a não compreensão das atribuições da política de proteção social básica, por meio de outros setores e políticas públicas, e P2 esclarece que “muitos

aspectos interferem no cotidiano de trabalho, impedindo muitas vezes, ações que seriam eficazes e que trariam resultados positivos como por exemplo, as relações de poder, o clientelismo, a falta de recursos materiais e humanos, dentre outros””. Percebe-se com clareza, que questões políticas, interferem diretamente e de forma negativa ao exercício profissional de P1 e P2 também destaca que as relações de poder, dificultam o trabalho.

Como afirma Iamamoto (2001), “”o exercício profissional é uma ação de um sujeito que tem competências para propor, para negociar, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais””. Seguindo o estudo, questionamos a posição dos mesmos diante dos limites impostos, quais as possibilidades que encontram para a realização do trabalho neste equipamento. P1 relata que “”mesmo com os limites é possível fazer articulações com a equipe técnica e também com outros setores para que haja desenvolvimento nos serviços ofertados para que estes gradativamente sejam mais efetivos”” e P2 fala que se “”faz-se necessário alargar as possibilidades de condução do trabalho criando estratégias político-profissionais que ampliem bases de apoio no interior do espaço ocupacional, como também da Sociedade Civil, somando forças que se movem em busca de respostas às demandas da população””. O profissional deve ser estratégico para que consiga lidar e ampliar as possibilidades de trabalho. Ambos, citam o trabalho em equipe de suma importância para o alargamento das possibilidades.

De acordo com Iamamoto é necessário,

Que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Portanto, apesar de obstáculos presentes no campo de atuação, é importante superá-los para que se realize as ações profissionais, e buscar as condições adequadas e necessárias para o exercício profissional.(IAMAMOTO, p.25, 2009)

É necessário que se utilize de todo arcabouço teórico-metodológico, e ser um profissional propositivo para que assim consiga romper com as barreiras impostas, pelo capital.

Outro aspecto analisado é a burocratização no trabalho, foi questionado se os profissionais percebem em sua atuação no CRAS alguma dificuldade relacionada á

burocratização do trabalho. Se sim, de que forma isto influencia no seu exercício profissional? P1 afirma que “Sim, faz com que algumas atividades demorem mais para ser realizadas” e P2 responde que “não”. Raichelis (2011), afirma que esse fator tem sido cada vez mais evidente, e afastado os assistentes sociais do trabalho direto com a população, impedindo o estabelecimento de ações continuadas. Na fala de P1 o mesmo deixa claro, a demora em algumas atividades, e isto faz com que a continuidade do trabalho seja comprometida. O profissional deve ser cauteloso quanto à burocratização, para que a mesma não faça com que o trabalho fique rotineiro e mecanicista.

Segundo Teixeira e Braz,

O assistente social no seu cotidiano de trabalho, deve buscar caminhos e criar estratégias político-profissionais e definir quais os rumos que dará à sua atuação profissional para poder projetar ações que demarquem seus compromissos ético-políticos. É diante das adversidades do dia a dia de trabalho que se devem reafirmar os princípios ético-políticos, pois é ele que dará aos assistentes sociais insumos para enfrentar as dificuldades profissionais a partir dos compromissos coletivamente construídos pela categoria profissional ao longo dos anos. (TEIXEIRA E BRAZ, 2009).

O assistente social, no seu dia a dia de trabalho deve buscar caminhos, criar estratégias, ser criativo, buscando sempre o conhecimento, para definir quais os rumos que dará à sua atuação profissional, tendo compromissos éticos e políticos com a profissão. A realidade está em constante mudança, e é preciso estar atento, para que as respostas às novas demandas sejam satisfatórias, possibilitando a autonomia e a emancipação dos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assistência social no Brasil, desde o seu surgimento na década de 30 até os dias atuais, sofreu profundas transformações, a questão social ganhou novas roupagens e com isso foi necessário o desenvolvimento de estratégias para consolidar a assistência social como direito, que só foi possível através da Constituição Federal de 88 e posteriormente com a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social que trouxeram avanços pontuais para a área.

Através da PNAS e do SUAS, foram desenvolvidos aspectos necessários para o desenvolvimento da política de assistência social, tais como descentralização administrativa, o foco nas famílias e conseqüentemente a necessidade de criação de novos equipamentos para se desenvolver o trabalho, um destes equipamentos é o CRAS. Este equipamento, necessita de uma equipe de referência conforme a NOB-RH, para atuar junto às famílias que encontra-se em situação de vulnerabilidade social. A equipe é composta por diferentes profissionais entre eles o Assistente Social que é o agente privilegiado. A atuação do profissional de Serviço Social, necessita ser pautada no projeto ético-político que norteará suas intervenções na busca de uma sociedade mais igualitária.

Nesta perspectiva, através das pesquisas bibliográficas e dos questionários aplicados para a realização deste trabalho, podemos concluir que os profissionais atuantes no CRAS de Fernandes Tourinho, entendem a importância da efetivação do projeto ético-político do Serviço Social, uma vez que através dele é possível romper com os resquícios tradicionais e conservadores ainda existentes.

Na atual conjuntura, os profissionais relataram que encontram alguns desafios para a efetivação do projeto ético-político, um deles é a falta de autonomia para realizar algumas intervenções estando vulneráveis aos impasses e vontades políticas, a não compreensão das atribuições da política de proteção social básica, por meio de outros setores e políticas públicas, as relações de poder, o clientelismo, a falta de recursos materiais e humanos. Como reflete Iamamoto (2009), “os profissionais trabalham em terreno movido por interesses distintos, na tensão entre a produção da desigualdade, da rebeldia e do conformismo”.

Neste sentido, o profissional independente de sua área de atuação necessita buscar possibilidades para superar os desafios existentes, como afirma Netto (2001),

O projeto para ser efetivado implica num compromisso dos profissionais com a “competência” alicerçada no aperfeiçoamento intelectual permanente, viabilizada a partir de uma formação acadêmica qualificada com base em referenciais teórico-metodológico críticos e sólidos que sejam capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social.

Diante dos desafios encontrados o profissional deve ser estratégico para que consiga lidar e ampliar as possibilidades de trabalho, criando estratégias político-profissionais para a efetivação do projeto ético-político, baseados no reconhecimento da liberdade, no reconhecimento da autonomia, emancipação e plena conquista dos direitos sociais. Buscando cada vez mais atualizar seu arcabouço teórico-metodológico, e ser um profissional propositivo para que assim consiga romper com as barreiras impostas pelo capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/CEDEPSS. **Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional**. Recife: ABESS/CEDEPSS, 1995.

_____. **Proposta básica para o Projeto de formação Profissional**. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, Ano XVIII, n. 50, abr., 1996.

ABREU, M. C. **A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira**. Serviço Social & Sociedade. Ano XXIV, nº. 79. São Paulo: Cortez, 2004.

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 4. ed. Piracicaba / SP: Cortez Editora, 1989.

ANDRADE. Estefany Cristine de. **Caracterização do Campo de Estágio**. Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2001.

BARROCO, M. L. S. **Ética: Fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 47- 165.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.79, Ano XXV, p.108-132, esp.2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei n. 8742, de 07 de Dezembro de 1993. Brasília: MPAS/AS.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2009.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF. 2009.

_____. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

_____. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB – RH/SUAS**. Brasília, 2006.

_____. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília. 2009.

_____. **Orientações Técnicas sobre o PAIF – O Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Vol. I. (BRASIL, 2012)

_____. **Regulamentação da profissão de Assistente Social**. Lei nº 8.662/jun, 1993.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e Práticas Profissionais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BREVILHERI, E. C. L.; PASTOR, M. **O Social em Questão** - Ano XVII - nº 30 – 2013.

CFESS. **RESOLUÇÃO CFESS nº 493/2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, 21 de agosto de

2006. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf capturado em 30/11/2016.

_____. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Política de assistência social.** Brasília. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, DF, 2011.

_____. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social.** 9 ed. revisado e atualizado. Brasília: CFESS, 2011.

COSTA, M. D. **A política social e a formação para o serviço social: uma retrospectiva histórica.** Estudos e Comunicação da Universidade Católica de Santos. Santos/SP, ano 24 , v.24, p.131-41, mai. 1998.

COSTA, L. C. **Questão social e políticas sociais em debate.** Sociedade em debate. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas; Educat, v. 12, n.2, p.61-76, jul. dez, 2006.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma questão possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 2005.

GUERRA, Y. **O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 28, n.91, p.5-33, set. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A questão social no capitalismo.** Revista Temporális. Brasília: Abepss, n.3, 2001.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas.** Coleção Debate nº 6. Fortaleza, Expressão gráfica e Editora, dez. 1997.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação.** 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea.** In.: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009.

_____. **O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social.** In: Capacitação em Serviço Social: módulo 1. Brasília: CEAD/UnB/Cfess, 1999.

_____. **O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 1, p.111- 28, 2000.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social.** 6°. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo, Editora: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 8^a ed. São Paulo. Cortez. 1991.

_____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. 14^a Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 8^a ed. São Paulo. Cortez. 2005.

_____. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez. 2012.

IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LOPES, Márcia Helena Carvalho. **O tempo do SUAS**. In Revista Serviço Social e Sociedade, nº 87 ano XXVI Especial 2006 São Paulo Cortez, 2006

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. L. I e II, v. I e II.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 15 Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

McGROW, Anthony G. (1992), "**Conceptualizing global politics**", in Anthony G. McGrow, Paul G. Lewis et al., *Global politics*, Cambridge, Polity Press, cap. 1, pp. 1-28.

MÉSZÁROS, I. **A crise atual. Revista Ensaio** n. 17/18. São Paulo: Ensaio, 1989.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. 1 ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis**, Editora Vozes, 2010.

MIOTO, R. C. T. **Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis**. Cadernos Capacitação em Serviço Social e política social, mod. 04. Brasília: CEAD, 2000.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social na sua gênese**. In: A natureza do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2009.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2009

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Das “lógicas do Estado” às “lógicas da Sociedade civil”**: Estado e “terceiro setor” em questão. In: Revista Serviço Social e Sociedade n° 59. São Paulo: Cortez, 1999.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social; crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. **O Serviço Social no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS: para avançar na consolidação da política de assistência social na perspectiva do direito**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/cdvjornada/jornada_eixo_2011/impas

ses_e_desafios_das_politicas_da_seguridade_social/o_servico_social_no_centro_d_e_referencia_de_assistencia_social_cras. Acesso em: 02 de Dez. 2016.

MOTA, Ana Elizabete da. **O feitiço da ajuda: as determinações do serviço social na empresa.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. **A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova.** Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 2004. n. 79.

_____. **A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, Serviço Social e Saúde.** Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 2001.

_____. **A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea.** In CFESS/ABEPS; CEAD/UnB (org.). Capacitação em serviço social e política social. Brasília: CEAD/UnB, 1999.

_____. **A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 1, p.91-110, 2000. . Ditadura e serviço.

_____. **“A construção do projeto ético-político contemporâneo”** in Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo Brasília. Cead/ ABEPSS/ CEFESS.1999.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **O movimento de reconceituação 40 anos depois.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.84, p.5-19, 2005.

_____. **Transformações societárias e Serviço Social. Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.

PARENZA, Cidriana Tereza. **Trajetórias: um instrumento de análise da participação do trabalhador no mercado de trabalho.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 93. São Paulo: Cortez, 2008.

PORTO, M. C. S. **Cidadania e “(des)proteção social”: uma inversão do Estado brasileiro? Assistência e Proteção Social.** Serviço social e sociedade. ano XXII, nº68. São Paulo: Cortez 2001.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Política e Conselhos de Assistência Social.** Cortez, 2011.

SANTANA, R. S. **O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano, n.62, p.73- 92, mar. 2000.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Os Instrumentos e Técnicas: Mitos e Dilemas na formação profissional do Assistente Social.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 248 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação profissional do assistente social: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão.** – São Paulo: Cortez, 1984.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos do ajuste neoliberal na América Latina. Coleção Questões da Nossa Época.** vol. 78. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **O desastre social.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. **Desafios de fazer avançar a política de assistência social no Brasil.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 68, p.54-82, nov., 2001.

_____. **Modelo Brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes.** Unesco. 2009.

_____. **O primeiro ano do SUAS.** In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, 83, 2006.

SWEEZY, P. M. **Teoria del desarrollo capitalista.** México: Fondo de Cultura Económica, 1977.

TEIXEIRA, J. B.; Bráz. M. **O projeto ético- político do Serviço Social.** In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: Conselho Federal de Serviço Social/CFESS; UnB/Centro de Educação Aberta Continuada a Distância/Cead, 2009.

TEIXEIRA, Maria Solange. **Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar.** Revista Política Públicas, São Luiz, 2009, v.13, n.2, p.255-264, jul./dez. 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **“As ambigüidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS”.** In: Revista Serviço Social & Sociedade n° 77 – ano XXV – março de 2004. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O significado sócio-histórico da profissão.** In: **CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil.** Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, v. 2, n. 3, jan/jun. p. 33-40. 2001.

_____. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** in: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 110, p. 288-322. abr./jun, 2012, São Paulo.

SITES PESQUISADOS

<http://www.significados.com.br>

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=312580&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>

<http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>

<http://www.cfess.org.br/arquivos/manifestacaocfess30horas.pdf>

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

“A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO.”

1 - IDENTIFICAÇÃO:

Nome:

Idade:

CRAS em que trabalha:

2 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

Instituição de Ensino em que se formou: _____

Ano de conclusão de Curso: _____

Formação continuada:

() Pós-Graduação

() Mestrado

() Doutorado

4 - DETERMINAÇÕES CONTRATUAIS:

Tempo de atuação como Assistente Social:

Tempo de atuação na área de Assistência Social:

Tempo de Atuação no CRAS:

Qual função especificamente executa dentro do CRAS:

Tipo de contrato de trabalho:

() Contratado (a)

() Concursado (a)

() outro vinculo

Qual ? _____

Horas semanais de trabalho : _____

Tem outro vinculo empregatício?

Seu local de trabalho possibilita que garanta sigilo em suas ações e informações?

Quais os recursos materiais e humanos utilizados por você no CRAS?

5 - DEMANDAS, RESPOSTAS PROFISSIONAIS E A ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO

- a) Em seu dia-a-dia de trabalho quais são as principais demandas colocadas pelo CRAS?

-
-
-
- b) Quais as principais demandas trazidas pelos usuários ao Serviço Social?
-
-
-
- c) Como é organizado o trabalho do assistente social no equipamento? Você trabalha sozinho ou em equipe? Quem é responsável por definir a dinâmica de trabalho?
-
-
-
- d) Participa de Conselhos de direitos?
-
- e) Para a realização do seu exercício profissional, quais os instrumentos e técnicas de trabalho utiliza?
-
-
-
- f) Estes instrumentos utilizados são o suficiente para o exercício da prática profissional? Por que?
-
-
-
- g) Para a realização do seu trabalho no CRAS, quais são os principais determinantes externos que influenciam?

h) Qual o referencial teórico, ético e político que norteia suas ações?

i) Para você, o que é manter uma postura ética no cotidiano institucional?

j) Para você, o que é projeto ético político do Serviço Social?

k) É possível articular o projeto ético político no cotidiano?

l) Dentro do CRAS, você tem autonomia para executar seu trabalho?

m) Em sua atuação no CRAS, quais os principais limites impostos ao seu exercício profissional?

- n) Diante dos limites impostos, quais as possibilidades que você encontra para realizar seu trabalho nesta instituição?

- o) Você percebe em sua atuação no CRAS alguma dificuldade relacionada a burocratização do trabalho? Se sim, de que forma isto influencia no seu exercício profissional?
